

Figueiredo sai, o FMI fica:

Desindexação rouba 75 bi dos salários

“VEM AÍ A CONVULSÃO SOCIAL...”

As classes dominantes anunciam a convulsão social. Pág. 4

Aurélio: o povo não é saco de pancada

“A polícia tem de se adaptar ao governo democrático”. Pág. 3



O cálculo baseia-se em estimativas do próprio governo e significa um roubo de 5% nos salários. A Volkswagen, por exemplo, cortará na folha salarial o equivalente ao dobro de seu lucro declarado em 1982, graças à manobra suja da “desindexação” salarial. São os efeitos anti-operários e anti-populares da política do Fundo Monetário, que dirige o país rumo ao buraco. Página 3

Vitória do sindicalismo independente em Niterói

Os metalúrgicos de Niterói acabam de eleger para a direção do seu Sindicato a Chapa 1, encabeçada por Abdias dos Santos, presidente da entidade no mandato anterior. Apurados os votos, na noite de quarta para quinta-feira, evidenciou-se uma vitória arrasadora logo no primeiro escrutínio: 1.041 votos para a Chapa 1; apenas 273 votos para a Chapa 2, que tinha à frente Rosalvo, que participava junto com Abdias na diretoria anterior mas se apelegara no cargo; e 278 votos para a Chapa 3, de Moreira, o pelego varrido do Sindicato nas eleições de 1980.



Abdias: reeleito

A Chapa 1, comprometida com as lutas da categoria, venceu em todos os estaleiros que formam a poderosa base da entidade. E venceu apesar da sabotagem dos patrões, que até o último momento ainda queriam impor uma eleição de um dia apenas, e na hora do almoço. Logo na manhã de quinta-feira a chapa vitoriosa estava nas portas dos estaleiros para agradecer a confiança da categoria. (da sucursal).



Assembleia de mais de 3 mil bancários em São Paulo responde ao governo

Bancários do BB não se embrulham

Pode haver greve no Banco do Brasil contra o pacote. Pág. 8

Morreu Jacinto, o líder da luta armada de Porecatu

Ele foi um pioneiro na história do sindicalismo rural. Veja pág. 4

Operária do Comitê Contra Desemprego visita Albânia

Socorro esteve no Congresso das Mulheres e conta o que viu. Pág. 4

“Sargento Getúlio” e os labirintos da Embrafilme

Hermano Pena e Flávio Porto falam da luta para liberar o filme. Pág. 7



Na fábrica ocupada, a confraternização com os operários de outras empresas

O triunfo dos operários que ocuparam a fábrica

Os metalúrgicos da Aços Paulista resistiram ao desemprego. Pág. 8

Que entendimento?

Entendimento nacional foi o mote da semana passada para uma vasta ofensiva da linha de conciliação dentro das oposições. Tancredo Neves saiu a campo propondo uma comissão interpartidária, sob a coordenação do general Figueiredo, para buscar um candidato de consenso para a presidência da República. Os deputados Alberto Goldman e Roberto Freire, sem nenhum escrúpulo, defenderam a união entre a oposição e o governo em torno de um programa mínimo para sair da crise. Até o senador Fernando Henrique Cardoso caiu na ilusão de que diante da crise a solução é o tal entendimento.

É natural que diante do violento agravamento da crise e da consequente tendência para a radicalização da luta política, certos setores mais vacilantes se atemorizem e tratem de amaciar os conflitos. Estas tentativas, por não corresponderem à situação concreta, podem causar alguma confusão momentaneamente, mas não têm futuro.

Obstáculo para tais saídas é que a fonte central do rápido agravamento do quadro nacional é, por um lado, a total subserviência do regime militar aos interesses do capital estrangeiro e, por outro, o monopólio do poder mantido pelo sistema nas mãos dos generais. Desta forma, uma solução real implicaria necessariamente na liquidação do regime, através da união das forças populares e democráticas. Ou seja, o entendimento que está na ordem do dia é entre as forças oposicionistas, para remover o entrave principal ao progresso do país, que é o poder estabelecido desde 1964 pelo golpe.

O segundo equívoco, que está por trás das propostas de conciliação, é pensar que a questão principal está situada no terreno econômico e que portanto é possível salvar o país mediante um acordo, inclusive com o governo,

em torno de um programa mínimo para mudanças que aliviem a crise.

As mudanças profundas na economia, que o país exige, só podem ser realizadas por um novo governo, que ouça o povo, que não esteja comprometido com o FMI, um governo que represente as forças democráticas e o povo unido. Ou seja, só uma solução política permite resolver o problema econômico. Só um governo que tenha efetivo respaldo popular tem condições de romper com o FMI, suspender o pagamento da dívida externa, alterar os rumos da industrialização do país, mobilizar o povo para discutir e formular novos rumos para o nosso desenvolvimento. Só um governo democrático pode assegurar condições para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Outro sonho dos conciliadores é que aos poucos, através de remédios aqui e acolá, é possível ir corrigindo os rumos do país: Primeiro arranjos econômicos, preparando a solução política. Acontece que a economia do país está exaurida. Os credores tratam de avassalar mais e mais a indústria e as riquezas nacionais. O povo já não suporta os sacrifícios que lhe impõem. Os próprios representantes das classes dominantes alertam para a marcha no rumo de uma convulsão social. Vivemos uma situação de emergência, que não comporta o adiamento da solução política para enfrentar a crise. Daí a premência da campanha por eleições diretas.

Diante deste quadro urge cerrar as fileiras da oposição, sem tréguas ao regime. Criticar seriamente as tendências conciliadoras porque beneficiam os donos do poder. Mas não desviar o alvo do combate. Ampliar a frente com todos os democratas e patriotas mas segurar firme o leme para o objetivo, que é o fim do regime militar e a conquista da liberdade.

Greve geral abala a ditadura de Pinochet

A greve geral deflagrada no dia 23 de junho, no Chile, não chegou a se generalizar por todo o país. Mas o impacto deste movimento, inserido num ascenso impressionante da mobilização popular e democrática, não deixa dúvidas de que o ditador Pinochet está com seus dias contados.

A greve não conseguiu ir adiante por dois motivos — a onda de repressão comandada pelo general Pinochet e o covarde recuo do presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, Adolfo Quintareos. De fato, o governo militar impôs a mais férrea censura a todos os meios de comunicação de massa, proibindo qualquer alusão ao movimento. No dia da mobilização, a manchete dos principais jornais era sobre o jogo de futebol entre as seleções da Argentina e do Chile. Os telefones foram cortados, impedindo que os sindicatos se comunicassem entre si para articular a greve. O governo lançou uma nova onda de prisões e levou aos tribunais mais de uma dúzia de líderes sindicais acusados de "promover desordens".

CONFRONTOS COM A POLÍCIA

Apesar disso o movimento grevista atingiu algumas indústrias e ocorreram diversos confrontos entre a polícia e manifestantes, principalmente nas universidades de Santiago. O único setor que conseguiu deflagrar a greve com força foi justamente o dos caminhoneiros, parando 70% no primeiro dia e quase tudo no segundo. Vale lembrar que os caminhoneiros tiveram um papel destacado na deposição do presidente Allende ao realizar uma greve de 45 dias financiada pela CIA.

Mas no dia 26 Adolfo Quintareos anunciou a suspensão da greve dos caminhoneiros e o início de nego-



As armas chilenas apontadas contra os trabalhadores e o povo

ciações em separado com o governo para resolver problemas da categoria. Num momento em que o movimento sindical chileno avança a passos largos na sua mobilização e unidade, esta posição de Quintareos representa uma autêntica traição. E por trás deste parece estar mais uma vez a mão do imperialismo norte-americano.

Ao que tudo indica Washington está se dando conta que a manutenção do regime de Pinochet representa um grave risco de convulsão social. Por isso vem incentivando seus aliados na oposição, principalmente a democracia-cristã, a pressionar por uma "abertura" gradual a ser presidida por uma comissão mista cívico-militar.

É sintomático que antes de partir para a greve, os presidentes da União Democrática dos Trabalhadores, Eduardo Rios, e da Associação Nacional de Empregados Fiscais, Hernol Flores (ambos democrata-cristãos) tenham se reu-

nido com o embaixador norte-americano em Santiago, James Theberge, para obter o seu aval. O recuo posterior de Quintareos reflete o temor dos imperialistas ianques de que a mobilização fuja do controle e "degenere" em poderosas e incontroláveis ações de massas. Assim, quando a greve dos caminhoneiros entrava no terceiro dia e ameaçava generalizar o movimento, com a falta de alimentos na capital, rapidamente pressionaram pelo seu fim.

O general Pinochet, por seu lado, não se considera "esgotado" e ameaçou mais uma vez, no dia 27, ampliar a repressão, já que teria sido "muito tolerante" nas jornadas de protesto de maio e junho. Mas já não restam dúvidas de que seu regime agoniza com o fracasso de uma experiência fascista que, durante anos, foi apresentada pelo imperialismo como "modelo" para os países dependentes. (Luis Fernandes).

Democracia cristã foi a maior perdedora na Itália

O secretário-geral da Democracia Cristã italiana, Ciriaco de Mita, resumiu muito bem o resultado das eleições de domingo passado na Itália. "Ninguém venceu — disse — mas nós perdemos mais que os outros". A votação da DC despencou de 38,3% para 32,9%. A do partido eurocomunista também caiu. E a Itália ficou ainda mais difícil de governar.

A dificuldade é conseguir montar uma coalizão de partidos que forme maioria no Parlamento e sustente um novo governo. O chamado Partido Socialista, que rompeu a coalizão passada para forçar as eleições, tinha esperanças num grande avanço eleitoral e em levar ao cargo de primeiro ministro o seu secretário geral, Bettino Craxi. Mas teve um resultado apenas

modesto, passando de 62 para 73 deputados e de 32 para 38 senadores. Quem cresceu mesmo foi o Movimento Social Italiano, partido abertamente fascista: passou de 30 para 42 deputados e de 13 para 18 senadores, explorando os temores da pequena burguesia e a generosidade dos capitalistas saudosos de Mussolini.

NÃO É A PRIMEIRA VEZ

Entre os "grandes partidos" que polarizam a vida política italiana — a DC e o PCI — houve praticamente um empate, o que dificulta ainda mais a formação de governo. A reacionária e corrupta DC perdeu 37 deputados e 18 senadores, mas manteve, por um fio, o título de partido mais votado. O PC eurocomunista perdeu menos — três deputados e dois senadores. Mas quando seu secretário geral, Enrico Berlinguer, apareceu todo sorri-

dente propondo um acordo PCI-PSI para tirar a Democracia Cristã do governo, recebeu como resposta um grande Não dos "socialistas".

Não é a primeira vez — e, tudo indica, não será a última — que a política italiana entra em curto circuito e em prolongada crise de governo. É que a ciranda dos partidos tradicionais, em seus compromissos e polêmicas infundáveis, nunca toca nos problemas de fundo do país. E a classe operária italiana, numerosa, combativa, fortemente organizada nos sindicatos e nas empresas, apesar disso ainda não se recuperou da traição do PCI — hoje um partido operário por sua base mas inteiramente burguês por sua direção e sua linha.

Enquanto essa situação continuar, as quedas de governos e as eleições que dão em becos sem saída continuarão a fazer parte do dia a dia político italiano

Solidariedade brasileira ao povo uruguaio

Realizou-se no último dia 27, na Câmara Municipal de São Paulo, um "Ato Público pela Anistia e Liberdade no Uruguai", convocada pelos partidos opositores brasileiros, UBES, UNE, Ordem dos Advogados do Brasil, e várias outras entidades. O ato ocorreu no dia em que se completavam 10 anos do golpe militar uruguaio, respondido por uma greve geral de 15 dias pelos trabalhadores.

Um dos oradores da noite, o sociólogo Paulo Schilling (representando o PT) denunciou que "no Uruguai o serviço de inteligência brasileiro foi um dos organizadores do golpe, através do coronel Moacir Pereira (atual general, em Minas Gerais); e o delegado Sérgio Fleury introduziu, naquele país, a tecnologia brasileira de tortura a presos políticos".

UNIDOS E AVANTE!

A diretora da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Selma Oliveira, informou que "há poucos dias foram presas mais de 100 pessoas, dentre elas vários estudantes, por se oporem à ditadura militar. Mas a juventude nunca se verga às ditaduras. E os povos latino-americanos susten-



As autoridades militares envolvidas no golpe no Uruguai foram denunciadas.

Mais de mil pessoas na festa em São Paulo

Mais de mil pessoas participaram da festa junina organizada pelo Centro de Cultura Operária e sucursal paulistana da **Tribuna Operária**, nos dias 25 e 26 últimos. Seis núcleos da T.O. de São Paulo e o C.C.O. organizaram barracas com comidas e bebidas típicas dos festejos "caipiras", com o que arrecadaram Cr\$ 230 mil para a **Campanha Karl Marx** de nossa imprensa operária.

A festa ocorreu na rua Maria José, no Bixiga, e contou com ampla participação dos moradores locais. Por iniciativa do mecânico José Pereira da Silva — um dos líderes da venda de assinaturas da T.O. no Estado — os grupos de forró "Gaviões do Nordeste" e "Carinhosos do Nordeste" apresentaram suas músicas durante a festa da **Tribuna**. Um parquinho infantil também foi instalado no local,

contribuindo com parte de seu lucro para o nosso jornal.

TAMBÉM EM GOIÁS

Em Goiânia, nos dias 25 e 26, a sucursal da **TO**, juntamente com a Fundação Cultural, realizou o show com Sérgio Ricardo "Elo-Ela". Os grupos de apoio da Vila Morais e Jardim América realizaram no dia 25 festas juninas com grande participação popular. Os moradores doaram milho de pipoca, frango assado, pinga, quantão como contribuição para a campanha. No dia 26, os amigos da **TO** no Conjunto Caiçara realizaram uma tarde esportiva. O grupo de jovens do conjunto formou um time, Caiçara Futebol Clube, para jogar contra o **Tribuna Operária Esporte Clube**. E ganhou o jogo por 6 x 4.

EM ALAGOAS

Uma festa junina no dia 28 rendeu 50 mil cruzeiros livres. Está programada uma atividade recreativa, artística e cultural todas as semanas no bar de um amigo da **Tribuna Operária**.

Os resultados parciais

Sucursal	Vendas	Assinatura novas	Finanças
Minas Gerais	cumpriu a cota	200	350 mil
Ceará	cumpriu a cota	70	—
Alagoas	87% da cota	210	—
Paraíba	96% da cota	67	—
Piauí	100% da cota	18	70 mil

As demais sucursais não mandaram dados novos.

Invadida a Sucursal em Taubaté

O crescimento da **Tribuna Operária**, embora seja ainda um jornal pequeno, apavora a reação. Na noite de 23 para 24 de junho elementos da direita, provavelmente policiais, invadiram e depredaram a Sucursal do jornal em Taubaté.

Imediatamente as forças democráticas se mobilizaram em repúdio ao ato do vandalismo. Um abaixo-assinado, com 26 nomes de vereadores de 12 cidades vizinhas, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Lorena, Ubatuba e outras, incluindo o dos presidentes das Câmaras Municipais de São José e Ubatuba, foi enviado para a nossa sede em São Paulo, hipotecando solidariedade à **Tribuna**, defendendo a livre ação jornalística e condenando a Lei de Segurança Nacional.

DOCUMENTO DE SOLIDARIEDADE AO JORNAL "TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA" E EM REPÚDIO AO ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRATIZAÇÃO.

Nós, representantes de sindicatos, entidades de classe e estudantis, democratas e patriotas da cidade de Taubaté e do Vale do Paraíba, vimos hipotecar nossa arrebatada apoio à Sucursal do jornal "Tribuna da Luta Operária" de Taubaté e manifestar veemente repúdio à invasão e depredação ocorrida na noite de 23 para 24 de junho nesta Sucursal.

Queremos ainda protestar contra a tentativa de envenenamento dos jornalistas da **Tribuna Operária**, na Lei de Segurança Nacional, que consideramos atentatório à livre manifestação do pensamento, vedada pela Constituição, e a desmentida na prática por estes seus bitrâneos.

A violência ora cometida contra a Sucursal da **Tribuna Operária** de Taubaté, tem todas as características de uma tentativa de intimidação e repressão à livre ação jornalística, que tem contribuído para a conquista da democracia em nossa cidade e em nosso país.

ASSINATURAS: _____ ENTIDADES: _____

LEOPOLDO SJC

Flora

Jaime

JTC

Rud A.

Ubatuba

12 municipal

12PS

Solidariedade dos vereadores das cidades vizinhas

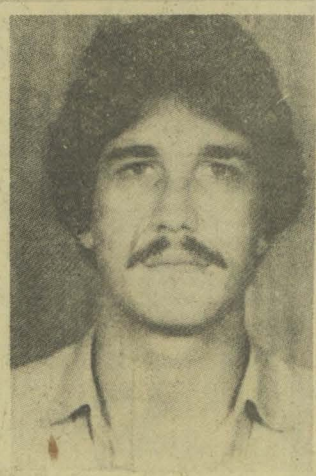
Um jornal que diz a verdade

Apóio a **Tribuna Operária** porque esse jornal desempenha um papel importante na resistência, informando as massas — mesmo pagando altos preços ao regime arbitrário, como perseguições e atentados à sua redação. Companheiros, leiam e assinem a **Tribuna Operária**.

Milton Antônio Monti, prefeito mais jovem do Brasil e vice-presidente do PMDB de São Manuel, SP.

Os que concordam com a linha da **Tribuna Operária** devem assinar o jornal, assim como os que não concordam, para saber quais as opiniões que emite. Eu tenho lido a **TO** e vejo que o material publicado é colhido na fonte, na base, o que a grande imprensa não faz. Só este motivo já bastaria para que assinasse o jornal.

Antonio Toschi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.



A gente assinou a **Tribuna Operária** e outros jornais da imprensa alternativa porque tem interesse em conhecer quais são as suas propostas. Como sindicalistas temos que nos informar. Eu acho que a **Tribuna Operária** é um jornal que traz novidades e verdades que não são ditas nos jornais comprometidos com o governo.

Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

Desejo receber em casa a **Tribuna Operária**. Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., R. Adoniran Barbosa, 53, (antiga Trav. Brig. Luis Antonio) — Bela Vista — São Paulo, SP — CEP 01318.

Anual de apoio (52 edições) — Cr\$ 7.000,00
Semestral de apoio (26 edições) — Cr\$ 3.500,00
Anual comum (52 edições) — Cr\$ 3.500,00
Semestral comum (26 edições) — Cr\$ 1.750,00
Assinaturas do exterior US\$ 70,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Data: _____

CEP: _____

Proissão: _____

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

O povo come o pão que o FMI amassou

A desindexação chegou. O primeiro expurgo foi para a correção monetária, mas o alvo verdadeiro está nos salários. O expurgo do INPC está previsto para 5%, desmembrado em dois ou mais meses. Isso representará um roubo de 75 bilhões de cruzeiros, por mês, nos salários dos trabalhadores. Outro roubo, a retirada do subsídio, quase dobrou o preço do pão.

A perda de 75 bilhões de cruzeiros foi calculada a partir da folha de pagamento de 20 milhões de trabalhadores que recebem um salário mínimo ou mais. O valor de 5% consta das declarações das autoridades e se baseia no expurgo da correção monetária, já definido para julho, que deverá oscilar entre 4 e 6%.

Com o expurgo do INPC os metalúrgicos de São Bernardo, por exemplo, teriam

uma perda média de 5% nos seus salários. Isso representa, segundo os dados do Dieese sobre a folha de pagamento, um roubo de 943 milhões de cruzeiros por mês. Numa estimativa por baixo, cada trabalhador perderá em média 10 mil cruzeiros.

Já com o decreto 2012 e 2024 as perdas foram grandes. Se a lei anterior fosse aplicada no dissídio de abril, a folha de pagamento dos

metalúrgicos de São Bernardo deveria ter ido para 19,8 bilhões de cruzeiros; no entanto ficou em 18,8, um roubo de 1 bilhão.

FGTS LEVA NA CABEÇA

A correção monetária já foi expurgada: a inflação de junho deverá ser mais de 12% e a correção decretada é de 7,8%. A médio prazo esse expurgo também atingirá os trabalhadores, através do Fundo de Garantia e das Cadernetas de Poupança.

As cadernetas e o FGTS vão levar na cabeça com o expurgo da correção. Já neste trimestre as perdas ultrapassam 3%. Além de serem arrojados nos salários, os poucos que ainda conseguiram fazer algumas economias verão seu dinheiro diminuir.

Grave ficará a situação do Sistema Financeiro da Habitação, dirigido pelo BNH. O sistema, já às voltas com a inadimplência dos mutuários, sofrerá uma sangria ainda maior em seus recursos. O dinheiro vem das cadernetas e do FGTS, que por sua vez são reajustados pela correção expurgada. A piora da recessão na construção civil terá imediata influência no aumento do desemprego.

QUEM SAIU BEM

Nem tudo vai ser expurgado pelo governo. Uma resolução do Banco Central libera a correção cambial, que passa a ser independente da correção monetária. Traduzindo em miúdos: a subida do dólar não será "expurgada". Com isso é acelerada a desvalorização da nossa moeda: o Brasil vai ficando cada vez mais barato, mais desvalorizado, facilitando sua dominação pelo capital estrangeiro.

Na mesma semana várias outras medidas foram tomadas dando incentivos e subsídios para as multinacionais. Essa é a política ditada pelo FMI e aplicada por Figueiredo: para o povo, expurgo, rebaixa nos salários, fome e desemprego; para as multinacionais, incentivos fiscais, subsídios e favores.

As medidas contra os salários já chegam num momento de queda na produção industrial e nas vendas do comércio. Mesmo antes delas, previa-se uma queda de 3% no Produto Bruto de 1983. E agora de quanto será?

Aurélio: trabalhador não é saco de pancada

Na quinta-feira, dia 23, o governador Franco Montoro afirmou em uma audiência com representantes do Comitê de Luta Contra o Desemprego, que não concordava com a repressão policial contra os trabalhadores e denunciou a presença de grupos que sabotavam o seu governo dentro da PM. Surpreendentemente, logo em seguida o secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel veio a público acusar o deputado operário Aurélio Peres como responsável pelos problemas na polícia. Mas na segunda-feira o major Nilo, que comandou o ataque aos trabalhadores, foi substituído. A Tribuna Operária ouviu Aurélio a respeito.

Qual a sua responsabilidade na crise da PM?

Existe uma crise, que é de conhecimento público. Um delegado preso, um comandante destituído e outras coisas. O que é preciso é que o Secretário da Segurança explique o que está acontecendo de tão grave que até o incompatibiliza com o governo e o leva a pensar em se demitir.

É compreensível que nesta polícia, que veio do governo Maluf, tenha gente interessada em que não se efetive um governo democrático. É aí que se deve buscar a raiz da crise. Esta polícia agora tem que agir num governo eleito pelo povo. Para isto é preciso haver uma mudança. Agora a PM serve a um governo de oposição e tem que se adaptar.

O tal comando paralelo, foi você quem inventou isto?

Quando houve o espancamento dos trabalhadores na quarta-feira, dia 22, o gabinete do deputado



Foto L. Carlos Leite

O Comitê de Luta Contra o Desemprego marcou mais um tento domingo passado: o elenco do espetáculo musical Chorus Line fez uma apresentação em seu benefício, e o próprio governador Montoro foi assistir — e aplaudiu de pé. Arleide Alves, líder do Comitê, acha que isso foi "um grande apoio político e um grande espaço para o Comitê" — além de arrecadar Cr\$ 900 mil, o que não é pouco para a luta dos desempregados. Arleide destaca o papel da deputada estadual Ruth Escobar (PMDB), que "desde o início deu grande apoio à nossa luta": teve a ideia, divulgou-a na imprensa, vendeu ingressos na Assembleia e convidou o governador.

estadual Benedito Cintra recebeu a informação de que a ordem da repressão não tinha sido do Secretário de Segurança. O governador Montoro disse publicamente, na quinta-feira, na reunião com os representantes do Comitê de Luta Contra o Desemprego, que não concordava com a repressão. E foi além declarou que existe na polícia um movimento para desestabilizá-lo. Então, de onde vem a repressão? O Secretário da Segurança lança acusações contra mim. Mas então por que o major Nilo, da Zona Sul, foi substituído na

segunda-feira? Ele foi quem comandou a repressão aos trabalhadores. Será que foi justa esta ação do major? Então por que foi afastado? Ou será que não foi ele o responsável pelo espancamento? Se não foi ele, quem foi? E por que? Isto é que o Sr. Secretário deveria esclarecer.

Eu entendo que denunciar as arbitrariedades da polícia é tarefa não só minha, como deputado, mas de qualquer cidadão, para que os erros sejam corrigidos e a PM não seja usada contra os interesses democráticos.

Por que o Secretário de Segurança faz acusações a você?

Talvez porque eu seja um dos poucos deputados diretamente envolvidos nesta luta. E porque como deputado operário, cumprindo a responsabilidade que me foi dada pelos trabalhadores que me elegeram, digo claramente que não aceito de forma alguma que a classe operária seja saco de pancada. Mas esta não é uma posição só minha. É um compromisso do PMDB, assumido abertamente na campanha eleitoral e reafirmado pelo governador Montoro.

Condeno a repressão da polícia às manifestações populares porque isto vai contra os interesses da classe operária, contra a luta democrática e contra o programa do PMDB.

Com isto não vou contra o governo Montoro. Pelo contrário, se o governo estadual perder o apoio da população, em especial do setor popular, será um governo fadado ao fracasso. E isto não interessa aos operários.

Não aceito também a portaria que proíbe as praças para o povo. As praças têm que ser liberadas. Esta portaria está caduca, não serve ao povo e não atende nem mesmo ao interesse da PM, porque a coloca em situação difícil.

...E a Volks triplica os lucros

A chamada desindexação, que em bom português quer dizer redução dos salários, deverá trazer uma perda mensal de 288 milhões de cruzeiros para os operários da Volkswagen. É tanto dinheiro que equivale ao dobro do lucro mensal declarado pela empresa no ano passado.

Com a mudança realizada pelo decreto 2.012 em janeiro os operários da Volks tinham sofrido um roubo de 144 milhões em seus salários. Isto significa que com duas arrochadas os patrões estão conseguindo triplicar seus lucros sem produzir nem um carro a mais, apenas intensificando a exploração dos trabalhadores.

Além de achatar os salários, a política do governo suspende os subsídios ao

trigo, gás de cozinha, transportes e várias outras mercadorias e serviços de consumo popular, com a mentirosa desculpa de diminuir as despesas públicas.

Mas o FMI corta os subsídios apenas dos produtos e serviços que interessam ao povo, enquanto que as multinacionais recebem cada vez mais ajuda. O governo tira o subsídio do trigo e faz o pãozinho subir de 14 para 25 cruzeiros. Mas dá subsídios para o carro a álcool usado como táxi, não para ajudar os taxistas, mas para aumentar as vendas da multinacional alemã. A Volks deixa de pagar mais de 1 milhão de impostos por cada táxi a álcool vendido. E o povo é quem paga, através do aumento dos impostos.

O que pode mudar com a licença de Figueiredo

O general Figueiredo jogou um dado novo na cena política brasileira, quarta-feira, ao pedir licença ao Congresso Nacional para ausentar-se da Presidência e viajar aos Estados Unidos para tratar da saúde.

Não há sinal de mudanças no governo do país, pois a rigor Figueiredo não vinha governando. O comando político ficava com os militares. Os desmandos da economia sempre estiveram por conta do superministro Delfim Netto e, nos últimos meses, do FMI. O vice-presidente Aureliano Chaves assume submetido ao sistema de sempre.

A novidade se concentra assim na questão extremamente crítica da sucessão presidencial. E nessa área a especulação é tanta que corre até o boato de uma doença "de mentirinha", apenas para o Planalto tentar reassumir o controle da disputa entre os "presidenciáveis".

AURELIANO CHOROU
Logo que saiu o pedido de licença, os líderes do PDS no Congresso pediram uma "trégua completa entre os chamados presidenciáveis". Mas ninguém espera uma trégua. Haverá, isto sim, elementos novos na briga.



Um deles é a presença do "presidenciável" Aureliano Chaves interinamente na Presidência. Um fato que traz vantagens para sua candidatura, mas também tropeços, a julgar pela lágrima sentida que ele derramou, com pena não de Figueiredo mas de si mesmo, ao comentar: "Talvez signifique o fim de toda a minha caminhada".

Ainda sobre Aureliano, há sua conhecida desavença com Delfim Netto. Não se sabe como os dois conseguirão conviver durante a licença de Figueiredo, já que se-

gundo consta o antagonismo teria produzido até um soco de Aureliano em Delfim, numa festa em Goiânia em fins de 1980.

Outra novidade é que, se Figueiredo voa para Cleveland nos próximos dias, não poderá cabalar em favor da chapa oficial e contra a chapa malufista os votos da Convenção Nacional do PDS, marcada para o dia 10. Mas, em compensação, o nome que encabeça a chapa oficial será presidente em exercício no dia 10, o que torna uma incógnita essa Convenção.

PC Brasileiro barganha com o governo sua legalização

O PC Brasileiro de Giocondo Dias está pronto a negociar sua legalização com o governo Figueiredo, em troca de concessões como combater a proposta de uma greve geral ou defender um "entendimento nacional" entre governo e oposição. Seus dirigentes negam, é claro, a existência ou a hipótese de uma negociação assim. Mas as concessões já são um fato.

Quanto à greve geral, o chamado Coletivo Nacional de Dirigentes é taxativo: "Não é a forma de luta mais adequada e deve ser posta de lado pelas lideranças sindicais" — afirma, num documento recém-lançado. Como alternativa, propõe, "de parte da liderança sindical, um esforço no sentido de elaborar projetos de lei" e "obter importantes conquistas legais".

O "ENTENDIMENTO NACIONAL"

É uma visão que volta às costas para toda a experiência do movimento sindical brasileiro, que jamais pôde consagrar em lei uma só conquista importante sem antes fazê-la triunfar na prática, no confronto de classe com as forças do capital e do governo. A pretexto de que não há "espaço político" para a organização e as lideranças estão divididas, descarta-se de an-

temão uma forma de luta que tem granjeado a simpatia do movimento sindical em peso.

Poucos dias depois desse documento, os deputados federais Alberto Goldman (SP) e Roberto Freire (PE), bastante identificados com o pensamento giocondista, apresentavam à direção do PMDB uma proposta de "entendimento nacional", apoiada pelos dirigentes do PCB. Segundo eles, "isso é perfeitamente viável através de um amplo diálogo político nacional contra a crise, capaz de reunir em torno de um programa mínimo a oposição e o governo, os partidos, os sindicatos de trabalhadores, as entidades empresariais, a Igreja, a OAB, a ABI e demais associações representativas da sociedade civil, sem nenhuma exclusão".

Como base para um tal "entendimento" propõe-se cinco pontos,

todos referentes exclusivamente a questões econômicas, em primeiro lugar o "rompimento das condições impostas pelo FMI" — uma formulação vaga o bastante para permitir a aceitação dos acordos com o Fundo Monetário. A eleição direta para a Presidência da República e a Constituinte não entram nos "pontos para a superação da crise", embora Goldman e Freire digam que "o entendimento nacional reforçará a luta" por elas.

Na base dessas posições está a visão, muito cara ao partido giocondista, de que a democracia no Brasil não virá com uma ruptura, mas por meio de sucessivas acomodações entre a oposição e o regime militar. Sob essa ótica, o PCB não critica os acordos do PTB e do PDT com o governo por representarem uma traição ao sentimento oposicionista do povo. Critica-os por serem "pequenos". Acha que o desejável seria um acordo "grande", envolvendo o PMDB e — por que não? — o próprio PCB, que realizaria assim o sonho da legalidade, embora às custas de passar a apoiar a base de sustentação política do nada popular governo Figueiredo.

O fantasma da convulsão social ronda o Brasil

Não é mais segredo que o Brasil está no rumo de uma convulsão social, e séria. Os chamados líderes das classes patronais, deputados e senadores, autoridades civis, militares e religiosas falam do assunto todo dia, em público. E as classes exploradas, os sem emprego, os famintos, já discutem as mudanças que a tal convulsão poderá trazer.

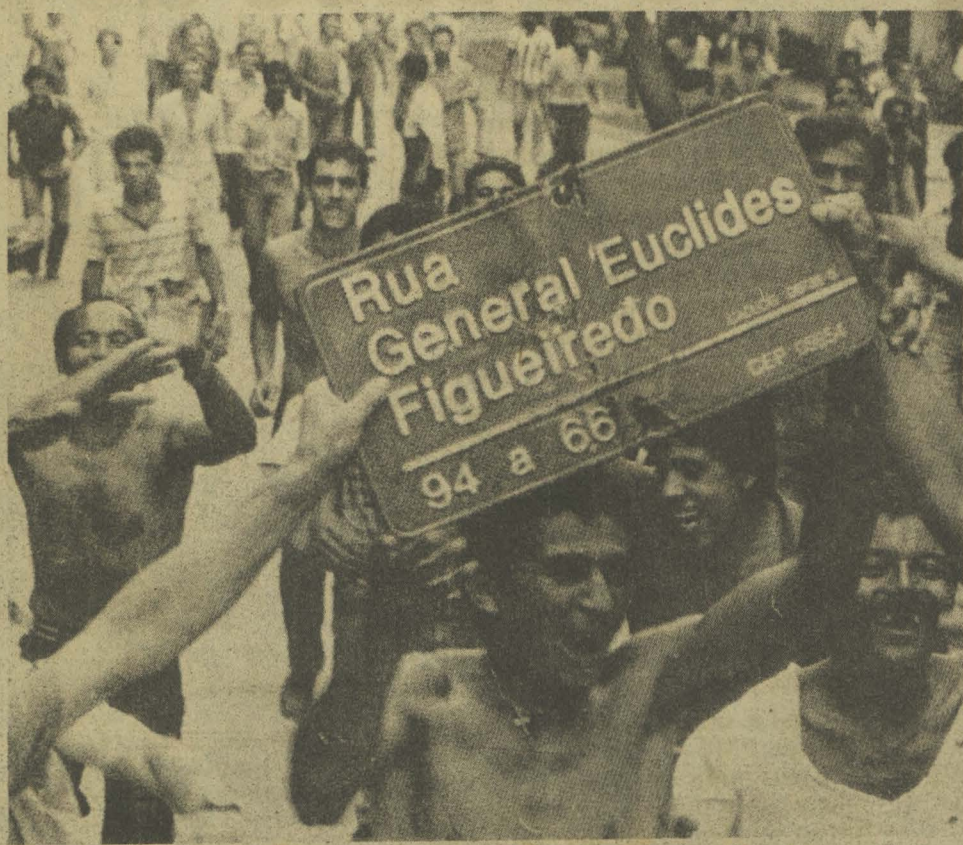
"Convulsão", segundo o dicionário de mestre Aurélio Buarque, quer dizer "grande agitação ou transformação". É palavra sofisticada, difícil, e por isso mesmo foi escolhida pelos senhores das elites. Poucos falam mais claro, como o senador Teotônio Vilela, que quer ser entendido pelo povo e prefere o termo "explosão de necessidade".

O brado espontâneo de revolta dos desempregados de São Paulo, em abril, foi uma amostra. Os órgãos de segurança jogaram a culpa no PC do B mas sabem, melhor do que ninguém, que a explosão que amadurece não é criação artificial de nenhum partido ou grupo. Se existe algum culpado por ela, é a política ditada pelo FMI e seguida pelo governo Figueiredo.

Entramos em julho com a maior taxa de inflação da nossa história. O número de desempregados cresceu em todos os meses deste ano, segundo o IBGE. Quem comprou casa pelo BNH amarga o reajuste de 130%. Quem é funcionário público, sofreu reajuste salarial em torno de 64%. Quem trabalha em empresa estatal foi vítima do último pacote. Os assalariados em geral, já abalados pelos decretos 2012 e 2024, enfrentam agora a "desindexação" (ou falsificação) dos salários por Delfim Netto.

No Nordeste açoiado pela seca, "os saques contra armazéns poderão voltar a ser agravados a qualquer momento e com grande intensidade" — adverte a Contag ao ministro Andreazza. Em Belo Horizonte, 600 trabalhadores expõem a situação do Vale do Aço: 20 mil desempregados, pais de família que se suicidam, crianças que morrem de fome. O bispo de Coronel Fabriciano, dom Lélis Lara, comenta: "A situação está sob controle enquanto a fome permitir".

Este, porém, é apenas um ingrediente da receita de convulsão. O outro é um governo que não governa, pois não consegue governar à moda dos últimos 19 anos e não sabe nem quem governar de outro jeito. Hoje quem comanda é a missão do FMI, com procuração dos



Abril de 1983, Zona Sul de São Paulo: a explosão dos desempregados foi uma amostra.

Um caso de unanimidade nacional

Algumas figuras que deram sua opinião nos últimos dias

César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul: "Se o Brasil não encontrar uma solução urgente para resolver a crise econômica em que se encontra, o equilíbrio social do país será comprometido e correremos o risco de uma convulsão".

Severo Gomes, senador do PMDB, proprietário do grupo industrial Parayba, pecuarista: "Ou o Brasil rompe com as imposições de fora ou sofrerá fraturas internas, a desorganização da própria disciplina social".

Carlos Rischbieter, ex-ministro de Figueiredo, diretor da multinacional Volvo no Brasil: "O que eu estou preocupado é com um caos social sem solução".

"Financial Times", órgão dos banqueiros em Londres:

"A austeridade econômica do governo precisa ser equilibrada, para que o descontentamento popular não se torne incontrolável".

Roberto Campos, senador do PDS, ex-ministro de Castelo Branco, criador do arrocho salarial em 1964-67: "Se as sociedades democráticas perdem criatividade (?), as demais desigualdades adquirem explosividade".

Fernando Henrique Cardoso, senador do PMDB, ao responder a Roberto Campos em nome da liderança do partido: "O Brasil está no ponto de ruptura social".

Nelson Carneiro, senador do PTB, adverte que "a fome é má conselheira" e pede "medidas urgentes que impeçam o país de ingressar no terreno das convulsões sociais".

Dom Benedito Ulhoa Vieira, vice-presidente da CNBB: "Tememos a convulsão social, através do desemprego,

da marginalização e da fome".

Dom Aloísio Lorscheider, cardeal: "Eu temo uma convulsão".

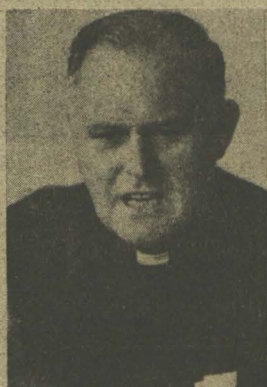
Dom Paulo Evaristo Arns, pede "um esforço de todos para não se chegar a situações extremas, porque elas costumam ser contagiosas e quando atingem uma população urbana concentrada tornam-se incontroláveis".

Edwald Pinheiro, ministro do Tribunal de Contas da União ressalva que "a instabilidade econômica poderá gerar instabilidade social de graves proporções".

Brigadeiro Valdir Vasconcelos, chefe do Estado Maior das Forças Armadas considera "estrangeiro" que de 1,5 milhões de jovens que se inscreveram para o serviço militar na classe de 1965 a a metade foi recusada por problemas de saúde; e acha que a solução virá "não permitindo que nasça gente demais neste país".



Fernando Henrique



Dom Aloísio



Severo



Roberto Campos

"O governo jamais cai sozinho"

Lênin certamente não goza da simpatia de muitos dos profetas da convulsão social no Brasil, mas ninguém pode negar que foi conhecedor profundo do assunto. Graças a isso dirigiu inclusive uma revolução que abalou o mundo e acabou com o capitalismo na velha Rússia. Ele localizava os seguintes sintomas principais de uma situação revolucionária:

"1) A impossibilidade para as classes dominantes de manter imutável seu domínio; tal ou qual crise das 'cúpulas', uma crise na política da classe dominante que abre uma brecha por onde irrompe o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que a revolução estale não basta que 'os de baixo não queiram', é preciso também que 'os de cima não possam' continuar vivendo como antes.



tuação de crise como pelos próprios 'de cima', a uma ação histórica independente.

"Nem toda situação revolucionária dá origem a uma revolução; apenas aquela em que as mudanças objetivas mencionadas se agregam a uma mudança subjetiva: a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações de massas fortes o bastante para romper (ou quebrantar) o velho governo, que nunca, nem nas épocas de crise, 'cai' se não há quem o 'faça cair'".

parlamentares do PDS articulado pelo Palácio do Planalto. A crise, para eles, não é a da nação e do povo. Chama-se Paulo Salim Maluf, o aventureiro que ambiciona comprar a Convenção Nacional do PDS, como já fez com a de São Paulo, e virar presidente da República.

A parte mais moderada das oposições, ligada às classes dominantes, propõe como saída para a crise um entendimento com o governo militar. Leonel Brizola firmou um acordo com o PDS e defende a reeleição de Figueiredo. Tancredo Neves, contrariando a posição do PMDB, acena com um candidato "de consenso" com o regime. Mas a realidade não favorece um compromisso mutuamente aceitável entre governo e oposicionistas moderados. É a adesão nua e crua, tipo PTB, não interessa a estes setores.

Resta ver se a massa popular teria o que ganhar com a anunciada convulsão. E as experiências parecidas, no Brasil e outros países, não permitem uma resposta simples — sim ou não. Por si, a imensa energia que estas explosões populares libertam não leva necessariamente a soluções. Quem decide, aí sim, é o fator consciente, a direção da luta popular.

No Brasil de 1983 essa energia, sem rumo, pode esgotar-se sem maiores frutos. E se houver quem a canalize pode, por exemplo, desembocar na conquista de um governo democrático, com a eleição direta do próximo presidente e a inauguração de uma nova página na vida nacional. (Bernardo Joffily).

Morre Jacinto, líder da guerrilha de Porecatu

Manoel Jacinto morreu. O líder da resistência camponesa no grande conflito de terras em Porecatu, Paraná, nos anos 50, saiu de cena na terça-feira, em Londrina. Um ataque cardíaco levou-nos este grande combatente do povo e revolucionário exemplar.



Manoel (esquerda) em sua última aparição pública em Curitiba

Com o organismo já debilitado pelas 17 prisões, pelas torturas que sofreu, pela difícil vida clandestina, continuou na luta até os instantes finais de sua vida. Apenas a morte foi capaz de interromper sua longa militância.

Como milhões de nordestinos, tangidos pela fome e a miséria, Manoel também migrou para o sul em busca de melhores condições de vida. Em Londrina, na década de 40, operário da construção civil, destacou-se como liderança de sua categoria. Sua disposição de luta, seu agudo senso de justiça, seu ódio a toda sorte de exploração aproximaram-no rapidamente dos comunistas. Aderiu ao Partido Comunista do Brasil e deu uma grande contribuição à organização dos operários, camponeses e demais trabalhadores do Norte do Paraná. Participou do processo de fundação da Contag. Em 1949 atuava na organização das primeiras associações profissionais que posteriormente se transformaram em sindicatos, a partir da União dos Trabalhadores de Londrina. Foi também um dos fundadores das primeiras Ligas Camponesas no município, que deram origem ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o mais forte do Paraná antes do golpe de 1964.

Da Câmara a luta armada

Com o fim da ditadura do Estado Novo, Manoel Jacinto foi eleito vereador em Londrina. Sua atuação foi brilhante, colocando sempre em primeiro lugar os interesses da classe operária e das massas oprimidas. Foi assim que no fim da década de 40 colocou seu mandato, sua segurança pessoal e sua própria vida em defesa dos camponeses da região

de Porecatu, vítimas da grilagem de terras dos latifundiários. Terras hoje ocupadas pelo grupo Atalla.

Quando os camponeses decidiram que a única forma de defender seus direitos e suas terras era de armas nas mãos, Manoel, como dirigente do Partido, procurou fornecer todas as condições para a resistência, incorporando-se ele próprio totalmente à luta. Depois desse episódio, perseguido pelas forças da reação, Manoel Jacinto foi obrigado a deslocar-se para outra região, onde prosseguiu sua militância.

Legado para a juventude

Assim ele viveu. E assim foram seus quase 40 anos de militância, pontilhados pelas 17 prisões e 5 enquadramentos em processos promovidos pela Justiça Militar.

Já velho, alquebrado por tantas batalhas, prevendo que talvez seu fim já estivesse próximo, Manoel dedicava uma atenção toda especial à juventude combatente, transmitindo suas experiências, alertando para os erros, apoiando com entusiasmo juvenil os acertos.

Em Curitiba, a última aparição pública de Manoel Jacinto foi há cerca de dois meses, quando da visita de João Amazonas a esta cidade. Na ocasião Jacinto foi encarregado pelo PC do Brasil de saudar este outro velho combatente comunista. Sua morte, pela enorme liderança que exerceu, principalmente na região Norte do Estado do Paraná, comoveu a todos que conheceram seu passado de luta e sua sempre presente firmeza. O exemplo de seus 40 anos de militância permanece vivo. (da sucursal).



As delegadas estrangeiras e as mais destacadas albanesas ficaram na tribuna do Congresso.

Mulheres albanesas fazem Congresso

Realizou-se nos primeiros dias de junho o 9º Congresso da União das Mulheres da Albânia (UMA). A metalúrgica Maria do Socorro de Oliveira Souza, do Comitê de Luta Contra o Desemprego, mãe de duas filhas, participou do Congresso. E fala sobre o que viu e ouviu na reunião. Nos próximos números da TO ela falará sobre outras questões da ida à Albânia.

"O 9º Congresso da UMA — disse ela — realizou-se na cidade de Durrës, a 40 kms da capital albanesa, Tirana. Reuniu cerca de 1.500 mulheres além de representantes de 20 delegações estrangeiras. As delegadas, em sua maioria, eram operárias e camponesas, saídas diretamente da produção.

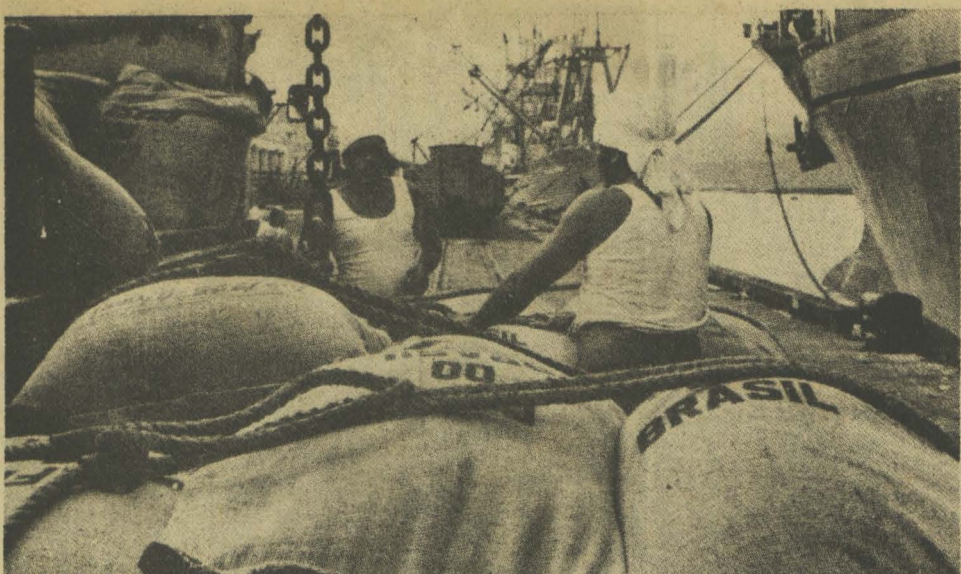
"O clima era de festa. Antes do início dos trabalhos do Congresso, as delegadas se confraternizaram com a população da cidade que foi recebê-las com flores, música, palavras de ordem,

danças e muita alegria. Logo após o início dos trabalhos, chegou Enver Hoxha, o secretário-geral do PTA, que foi aplaudido de pé por cerca de cinco minutos. Em seguida falou a companheira Vito Kapo, ex-dirigente da UMA e atual Ministra da Educação. Logo depois Lumturi Rexha, a atual dirigente da entidade, apresentou seu informe. E ao final, crianças de 4 a 14 anos de idade, os "pioneiros", fizeram uma homenagem às mulheres com poemas e canções. As delegações estrangeiras receberam buquês de flores. Foi emocionante. Não resisti e abri no choro.

"O Congresso retratou o avanço da mulher albanesa nos últimos cinco anos. As delegadas foram escolhidas na base de uma em cada 300 das 600 mil filiadas à entidade. E o critério foi sua participação na realização do plano quinquenal. Isso porque eles consideram indispensável a participação das mulheres na construção do socialismo.

empenharem ainda mais no cumprimento do plano de produção, como por exemplo produzir 90 quintais de trigo por hectare. E no nível ideológico lutar contra os costumes atrasados que ainda perduram, melhorar sua formação política e ideológica, não se acomodar depois do casamento. Como afirmou uma delegada de Leja, 'ter o filho numa mão e na outra o fuzil'. Participar em todos os momentos na construção da nova sociedade, em especial nas atividades científicas, onde o número de mulheres ainda é pequeno.

"Em compensação, as mulheres representam mais de 50% do operariado em Tirana, São 36 mil nos comitês de direção do Partido. Por isso mesmo, não podem deixar a peteca cair. Elas querem avançar ainda mais, acabar com as atitudes de indiferença e acomodação. E criar os filhos também com a visão de formá-los como soldados da construção do socialismo. Não mimá-los e sim ajudá-los a serem verdadeiros proletários.



Estivadores cariocas querem limpar seu Sindicato dos pelegos.

Araquém Alcântara

Governo protege pelego da estiva

Toda a diretoria do Sindicato dos Estivadores do cais do porto do Rio de Janeiro foi destituída por uma concorrida assembleia da categoria no dia 15 de maio. Agora, no dia 26 de junho, o arqui-pelego Jaime de Oliveira Filho e sua máfia foram recolocados na direção da entidade por decisão do Ministério do Trabalho. Mas os trabalhadores não vão cruzar os braços nesta luta para recuperar o seu Sindicato.

A luta contra a atividade nociva dos pelegos já tem algum tempo. A oposição anteriormente tinha conseguido eleger em assembleia uma comissão de inquérito para apurar irregularidades nas contas do Sindicato. O presidente Jaime de Oliveira logo recorreu à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e esta montou uma comissão paralela para acompanhar o trabalho da que foi eleita em assembleia. Mas para surpresa da diretoria e da própria DRT, as duas comissões concordaram nas conclusões:

1. Aplicação indevida do dinheiro do Sindicato no open market, com os lucros sendo utilizados para cobrir empréstimos aos diretores.
2. Admissão de funcionários sem consulta à assembleia da categoria.
3. Remuneração de terceiros, a ti-

tulo de "serviços prestados", com elevados salários.

4. Não devolução de excedentes da contribuição do INPS.

5. Duplicidade de recolhimento do FGTS para os diretores — inclusive os diretores comissionados não eleitos.

6. Empréstimos e adiantamentos à diretoria, ao conselho fiscal, funcionários e prestadores de serviços sem prévio consentimento da classe.

7. Desrespeito à comissão de inquérito eleita, inclusive com a recusa de entrega de documentos da tesouraria a serem apurados.

Com base nestes resultados é que a assembleia do dia 15 de maio aprovou a destituição de toda esta quadrilha encrustada na entidade.

A decisão da assembleia foi encaminhada à DRT, que enviou o processo ao Ministério do Trabalho. Este, depois de adiar a resposta por três vezes, decidiu no dia 16 de junho dar um parecer recolocando os pelegos na diretoria. Com isto o governo dá mais uma prova de seu antagonismo com a classe operária e de seu interesse na promoção de traidores.

Os estivadores, inconformados, planejam mobilizar a categoria e realizar manifestações públicas contra esta manobra vergonhosa. Eles sentem cada vez mais que seus interesses só podem ser defendidos por eles mesmos e por amplas mobilizações de massas. (da sucursal).

Continuam as mobilizações dos mutuários do BNH para barrar o aumento de 130% nas prestações da casa própria. Em Alagoas foi criado o Comitê de Defesa dos Mutuários, que está orientando para não pagar com aumento as prestações de julho. Em São Paulo houve uma assembleia com dois mil mutuários na tentativa de unificar a luta no Estado.

"Estamos sendo vítimas de um sistema econômico já falido. Eu comprei uma esperança e estou pagando a desgraça", afirmou um mutuário desiludido com o BNH, na assembleia que reuniu 400 pessoas em Belo Horizonte, Minas. Nesta assembleia ficou acertada a ida de uma caravana a Brasília para entregar uma lista de reivindicações. Dentre estas reivindicações se destaca a de que as prestações não ultrapassem 70% do reajuste salarial. Também se posicionam contra o reajuste semestral e isenção de pagamento ao mutuário desempregado.

Tanto na assembleia realizada em São Paulo como na de Belo Horizonte foi aprovada a proposta do "não pagamento do mês de julho", podendo se estender para o mês de agosto, caso o governo federal não atenda as reivindicações. Um dos presentes a assembleia dos mineiros sintetizou a luta: "Se tivermos que chegar a tomar esta atitude temos que estar muito unidos para enfrentar todos os tipos de ameaça e consequências que vierem".

Boicote no pagamento

O deputado Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas,



Miriam Fincher

Mutuários gaúchos exibem os carnês de pagamento das prestações do BNH. Na foto menor, Renan.



criticou severamente, em Brasília, a política habitacional do governo e defendeu um amplo boicote no pagamento das prestações do BNH. "Mais de quatro milhões de famílias brasileiras estão angustiadas com a aproximação do dia 1º de julho" — afirmou Renan. "Neste dia entra em vigor o reajuste das prestações do Sistema Financeiro de Habitação".

Para o deputado alagoano só há uma solução para que o governo se dê conta de que o orçamento familiar não é capaz de suportar este reajuste na prestação da casa própria: o boicote. "Trata-se de um ato de legítima defesa. Afinal, o 1º de julho significará para quatro milhões de famílias uma

espécie de dia da derrama da época do Brasil colônia, quando a coroa de Portugal mandava cobrar impostos extorsivos ao povo colonizado. A diferença é que desta vez a corte que manda extorquir o povo é o FMI".

Lucro fácil

O deputado federal Aldo Arantes (PMDB-Goiás) acompanhou uma comissão de mutuários no encontro que teve com o ministro do Interior, Mário Andreazza, em Brasília. Arantes acha que além de lutar judicialmente contra os aumentos semestrais nos reajustes, os mutuários devem contestar o próprio funcionamento

do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que "de há muito está fugindo de seus objetivos. Hoje esta atividade visa obter lucro fácil e não oferecer casa própria a baixo custo às populações menos favorecidas".

O deputado acrescentou: "A implosão do SFH, prevista pelo próprio presidente do BNH, pois colocará a nu as distorções que o governo provocou na política habitacional desviando recursos para a construção de habitações suntuosas, inviabilizando pagamento das prestações com sua política recessiva e transformando um sistema que deveria ter um caráter eminentemente social numa ciranda financeira inescrupulosa".

Reforma agrária, uma luta política de todo o povo

A questão da reforma agrária está destinada a merecer

grande atenção do Congresso das Classes Trabalhadoras, Conclat. Neste artigo de R. Freitas, que publicamos em duas partes, analisa-se alguns aspectos pouco tratados, e outros

ainda polêmicos, sobre esta bandeira de luta que é tanto dos trabalhadores do campo como do povo em geral.

Dentre as lutas que a classe operária, o movimento sindical e o povo brasileiro travam hoje na sua caminhada por liberdade e progresso, destaca-se a bandeira da reforma agrária.

O Censo Agropecuário de 1980 mostra que os estabelecimentos com mais de mil hectares, que correspondem a 0,84% do total, detêm 46% da área ocupada; enquanto os que têm até dez hectares correspondem a 50,3% dos estabelecimentos e ficam com apenas 2,4% da área total. Esta brutal concentração de terras nas mãos de um punhado de grandes latifundiários é o pano de fundo histórico dessa luta.

UM PROBLEMA DE TODOS

A reforma agrária é uma reivindicação sentida dos camponeses sem terra ou com pouca terra e, mais ainda, uma importante tarefa de nosso povo. Sua importância extrapola os limites do movimento camponês, diz respeito à luta de todo o povo brasileiro por liberdade, independência e progresso.

A atual estrutura agrária brasileira, monopolista na propriedade da terra e com seu correspondente social, o latifúndio, é um dos principais entraves ao progresso e ao desenvolvimento do campo e do país em geral.

É a aliança entre latifundiários, imperialistas e grande burguesia que mantém o atual Estado brasileiro, dependente do exterior e concentrador de riquezas. O regime militar que encarna esse Estado desde 1964 foi a forma encontrada pelo imperialismo, o lati-



fúndio e a grande burguesia para continuarem a ampliar seu domínio sobre o país, reprimindo as massas e seu avanço na luta. Assim, a atual estrutura fundiária é menos fruto da ação perversa de alguns "exploradores desalmados", que

não dão "destinação social" às suas propriedades, do que uma peça vital no sistema de dominação política, econômica, cultural, etc. no país.

O PORQUÊ DO "RADICAL"

Assim, a reforma agrária é antes de tudo uma tarefa política e diz respeito à destruição de um dos pilares de sustentação da atual estrutura dependente e atrasada do Brasil, o latifúndio, enquanto monopólio da terra e enquanto classe social. Neste sentido, ela exige uma solução radical. Não abordá-la deste ponto de vista conduz a propostas politicamente equivocadas, como a de fazer a reforma agrária "a partir" e/ou "com base" no Estatuto da Terra. É a imaginar que o "ideal" para a estruturação da agropecuária brasileira seria uma rede de pequenas propriedades familiares, autônomas, não exploradoras de mão-de-obra, ou exploradoras de acordo com a "função social" da propriedade.

QUAL SERIA O "IDEAL"?

De um lado a reforma agrária é uma tarefa estrutural que "mexe" com a própria base de sustentação do atual Estado brasileiro. E neste caso não serão medidas reformistas, de aplicação de leis existentes, que irão realizá-la. De outro lado, colocar a pequena propriedade familiar como "ideal", como o objetivo dessa luta, seria limitá-la de saída a um projeto defasado com o atual grau de desenvolvimento do Brasil como um todo e de suas áreas agrícolas em particular. (R., Freitas. Na próxima edição, a parte final deste artigo).

Encerrou-se a greve nacional dos servidores públicos federais — a primeira desde o golpe de 1964. Iniciada em São Paulo, há um mês, ela estendeu-se por 12 Estados e evidenciou o descontentamento que lavra na categoria. Os funcionários federais voltaram ao trabalho sem ter suas reivindicações atendidas, mas com um novo nível de organização.

Os servidores públicos não serão os mesmos após esta greve. Num documento de avaliação, o Comando Nacional de Paralisação destaca: "A democracia que se estabeleceu entre os servidores de diversos níveis e classes sociais, as discussões havidas em reuniões, assembleias, a organização nos locais de trabalho, municípios, Estados e a nível nacional são novas realidades que tanto eles como o governo não desconhecerao. Este vai ser obrigado a buscar, ainda que parcial e setorialmente, algumas reivindicações econômicas e sociais, convencido de que, se não o fizer, outra paralisação ocorrerá com muito mais força, em espaço muito curto".



Caravana de grevistas recebida a baioneta no Palácio do Planalto

reirá com muito mais força, em espaço muito curto".

O médico Jamil Murad, membro da Comissão Pró-CUT e participante da caravana de grevistas que esteve em Brasília para negociar e não foi recebida, alerta: "A próxima luta vai ser muito mais forte, porque estaremos com a experiência

e organização adquiridas nesta batalha".

OS PONTOS FRACOS

O movimento paredista se deu em torno de uma reivindicação de uma justa gritança: um aumento salarial superior aos miseráveis 64% decididos pelo governo. No entan-

Greve dos professores se expande por todo o Ceará

A greve dos professores de 1º e 2º graus na rede estadual e municipal de ensino, iniciada a 16 de junho, vem se expandindo por vários municípios do Ceará. Dia 28 cinco mil profissionais do ensino realizaram uma assembleia no Ginásio Aécio de Borba, o que representa 20% da categoria na capital. Todas as escolas de Fortaleza estão paralisadas e há 19 anos que a categoria não se mobilizava com tanta garra como agora.

Até o momento o governo de Gonzaga Mota apenas vem prometendo um abono, sem data nem quantia determinada, como resposta às reivindicações dos professores. Existem muitos professores ganhando a irrisória quantia de

Cr\$ 19.000,00 por mês. Os professores querem um reajuste de 223%, mas como contraproposta o governo ofereceu um mísero reajuste de 60%.

A desculpa do governo para a não aceitação do percentual proposto é a crise que o Estado vem passando. Mas os professores fazem questão de lembrar que não são responsáveis por esta crise e que suas eleições foram derramados rios de dinheiro para assegurar o PDS no governo estadual.

Não é a toa, portanto, que tem sido grande a solidariedade da população para com o movimento grevista, tanto por parte das entidades populares, como por parte dos pais e dos alunos. (da sucursal).



Assembleia dos professores em Fortaleza: comparecimento maciço.



Vamos eleger na Erietz uma Cipa representativa

A vice-presidente da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da Erietz faltou na manhã do dia 14 de junho porque a pessoa que toma conta de suas filhas não compareceu.

Levou suas filhas para a casa de sua mãe (ela mora em Pirituba e sua mãe em Osasco). Após ter feito isso, ela telefonou à empresa, comunicando o fato ocorrido e pedindo para trabalhar na parte da tarde. O Departamento de Pessoal disse que sim.

Ela chegou ao serviço às 12 horas e por volta das 16 horas foi chamada ao Departamento de Pessoal, que lhe comunicou que ela estaria suspensa nos dias 14 e 15, devendo retornar ao serviço no dia 16.

Esta funcionária já foi chamada ao DP e acusada de estar vendendo a **Tribuna Operária** e de distribuir boletins do Sindicato. Foi chamada até de burra pelo chefe de relações industriais, Alfredo. Na suspensão, eles alegaram que ela não tinha atestado por escrito.

Como não podia deixar de reclamar os seus direitos por essa arbitrariedade, ela

foi ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e conversou com o diretor conhecido como "Bigode"; decidiu abrir um processo para anulação da suspensão.

Na Erietz enfrentamos muitos problemas. Por exemplo: recebemos cheques salário mas no dia do pagamento ou vale temos que descontar o dinheiro no nosso horário de almoço, que é de uma hora. Isso é uma exploração, pois na CLT consta que operários têm que receber em horário normal de trabalho e não na hora de almoço, pois não temos banco na firma.

No dia 5 de julho teremos novas eleições da Cipa. Temos que votar em operários conscientes e que realmente irão defender os nossos direitos, não só por estabilidade mas sim por melhores condições de trabalho. Eleger operários que realmente vejam as péssimas condições em que trabalhamos, a insalubridade que não é paga, barulho insuportável, poeira, etc., enfim, devemos eleger uma Cipa combativa contando com o apoio de todos os operários. (grupo de operários da Erietz-São Paulo, SP).



fala o POVO

(Olivia Rangel)

Operário da Tchint trabalha todo sábado

Como operário metalúrgico, soldador da Tchint, uma multinacional cujo nome completo é Companhia Técnica Internacional, que monta aqui em São Luís as estruturas da Alcoa-Alumínio, a fábrica de alumínio da Shel Bilington, quero denunciar algumas irregularidades aos companheiros de todo o Brasil.

Na Tchint somos 750 operários. Uma das maiores empresas de São Luís. O grau de exploração a que estamos sujeitos é muito grande. Somos obrigados a trabalhar diariamente 10 horas de segunda a sexta e no sábado somos obrigados a trabalhar 8 horas. Sendo que no caso de faltarmos no sábado, seja qual for o motivo, perdemos além do sábado todas as folgas que tínhamos na semana, ou seja domingo e feriados.

A alimentação servida nem cachorro aguenta comer, porque a carne é podre e o arroz e feijão geralmente estão crus.

A carteira do FGTS nós nunca recebemos, não se sabe se a empresa está depositando em nome dos operários ou em nome dela mesma. Qualquer falta cometida pelos operários é punida com



"justa causa", ou seja, demissão na hora.

Para completar, está agora surgindo uma doença infecciosa estranha que ataca os operários que trabalham com solda. Começa com uma coceira e logo aparecem umas manchas que viram feridas. Ninguém sabe o que é isso e a empresa demite os que ficam doentes e não podem trabalhar.

E preciso que os operários do Brasil se unam com o povo todo para derrubar esse regime e conquistar um sistema onde os trabalhadores sejam os donos do poder, o socialismo. (amigo da TO na Tchint-São Luís, Maranhão).

FALA O POVO

Funcionário do INAMPS também pode parar!

Sou funcionário do INAMPS, vivo revoltado como todos os funcionários da instituição, com exceção daqueles que vivem bem, com altos cargos, protegidos pelo atual regime. Mas a maioria não é assim.

Ontem (dia 21 de junho) veio aqui o sr. Hélio Beltrão, ministro da Previdência Social, com o presidente do INAMPS e uma comitiva. Eles se hospedaram no melhor hotel do Estado, com muitos comens e bebês. Na comitiva estava o senador José Sarney. Foi feito um convênio com o governador do Estado, Luiz Rocha, do PDS, para o Ministério da Previdência dar um auxílio mensal para o Estado do Maranhão aplicar na área de saúde.

O Estado do Maranhão está falido devido à gestão desonesta do governador anterior, João Castelo. Essa ajuda que o ministro Hélio Beltrão veio dar nada vai adiantar para o setor destinado, pois eles vão

desviar para benefício pessoal. O ministro Hélio Beltrão diz que a previdência social não tem dinheiro para aumentar o ordenado dos seus funcionários e fez um convênio com o Estado do Maranhão para doar 40 milhões mensalmente. Todo mundo sabe que infelizmente destinados enriquecer ainda mais essa quadrilha no poder. O ministro Hélio Beltrão é um demagogo de alto quilate. Na greve dos funcionários disse que estava do lado dos segurados contra os funcionários que fazem uma greve justa querendo receber um aumento por terem salário de fome e, ao mesmo tempo, tira dinheiro dos segurados para aplicar em convênios com fins lucrativos para governadores corruptos. Os funcionários devem se unir sem distinção e ampliar a greve, não esmorecer. A união e a coragem é que fazem a vitória. (J.S.-funcionário do INAMPS-São Luís, Maranhão).



Desemprego aumenta a criminalidade em Recife

Os irmãos Júlio e Antônio Manoel de França foram presos em Recife, no domingo 12 de junho, logo após assaltarem o motorista de táxi Waldemar Marques de Mendonça. Autuados pela autoridade policial, foram recolhidos ao presídio Anibal Bruno. Até aí nada de novo.

Acontece que, interrogados pelo delegado Mário de Souza Leão, os dois irmãos assaltantes revelaram a sua história. Este seria já o quinto assalto que praticavam em Recife. Chegaram em Recife na quarta-feira, vindos de Passira, no interior do Estado, a procura de emprego. Alegaram não ter condições de plantar roça e para não morrer de fome vieram tentar a vida no Recife.

Júlio trouxe a mulher e filho de apenas dois meses, juntamente com o irmão mais novo, Antônio. Deixou a esposa e o filho num quarto miserável no baixo meretrício e foi em busca de trabalho. O dinheiro de que dispunham logo aca-

bou. Não tiveram outra alternativa senão roubar.

Este é um caso em que se assalta em "legítima defesa". Quantos assaltantes com história semelhante a de Júlio e Antônio não existirão em Recife e por este país afora? Qual a alternativa que resta aos 300 mil desempregados e biscateiros da Região Metropolitana do Recife, que conferem à nossa capital índice de desemprego superior ao de São Paulo? Os desempregados conscientes, buscam se organizar em comitês de desempregados, que em Recife se organizam em torno do Sindicato dos metalúrgicos. Os outros, caem na marginalidade, assaltam, matam, desgraçam a sua vida para sempre...

Enquanto isso, o governo do general Figueiredo insiste em novos pacotes prejudiciais aos interesses nacionais e que aumentam a infelicidade do povo. Como o novo pacote econômico que aumentará a carestia e o desemprego. (I.B. Recife, Pernambuco).

Metalúrgicos de Sorocaba vão renovar o Sindicato

Luta contra o desemprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, salário desemprego sob a responsabilidade do governo e das grandes indústrias, supressão das horas extras, estabilidade no emprego. Estas são as propostas defendidas pela **Chapa 1**, formada por metalúrgicos de todas as grandes fábricas do setor de Sorocaba, e região, que concorre às eleições do Sindicato da categoria nos dias 16, 17 e 18 de agosto. Essa chapa surge num momento de avanço da luta popular contra a opressão, pois o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba acaba de sair de um período negro de ilegalidade e colecionismo. E os operários exigem mudanças.

Segundo alguns dos componentes dessa chapa, Luis Alves, Euclides e Maurício, ela surgiu depois que os operá-

rios mais conscientes iniciaram uma série de debates políticos, aprofundando-se no problema do trabalhador, e chegaram à conclusão que "mesmo na última diretoria do sindicato havia sindicalistas comprometidos com a classe operária e que abominavam o peleguismo". Esses trabalhadores foram chamados a discutir a crise brasileira e, a partir disso, a chapa começou a se viabilizar.

As eleições estão marcadas para agosto e têm caráter extraordinário. É que a atual diretoria perdeu na justiça um processo que a declarava ilegítima porque o sindicato, nas últimas eleições, encerrou o prazo de inscrição das chapas um dia antes do prazo previsto por lei, numa manobra dos pelegos que os operários não deixaram ficar. (amigo da TO-Sorocaba, São Paulo).



Em Juiz de Fora a PM mata jovem

Covardemente, mais um jovem é assassinado em Juiz de Fora pela polícia. João Batista dos Santos, de 18 anos, foi assassinado dia 18 último, às 11 horas, com um tiro calibre 32 nas costas. Ele estava em seu bairro, Vila São Benedito, com um grupo de rapazes que a polícia disse estar consumindo maconha. Dois policiais chegaram. Os rapazes correram, os detetives passaram a atirar e atingiram Batista.

A polícia tentou esconder o fato. Apresentou certa quantidade de maconha acusando Batista de portá-la. Disseram que ele fora vítima de uma "guerra na boca do fumo". Tudo mentira.

A população de Juiz de Fora, e principalmente os moradores dos bairros de periferia, como a Vila São Benedito, são vítimas constantes da violência policial. Chegou-se ao ponto de pessoas temerem sair de casa a noite por causa da RO-

TAM — tropa de elite da PM.

A Vila São Benedito, revoltada, pede que os responsáveis pela morte do jovem Batista sejam condenados. E que seus moradores sejam tratados com dignidade, como trabalhadores honestos que são.

O povo de nossa cidade já está cansado de ver inquéritos policiais terminarem sem nunca incriminar os responsáveis por violência. No dia 31 de março último um estofador, José Lima, foi morto dentro das repartições policiais, espancado. O inquérito instaurado não chegou a nenhuma conclusão. Ao saber deste fato, o delegado de plantão Gilberto Goulart comentou: "melhor um marginal a menos para incomodar a sociedade". E foi promovido para a superintendência da polícia em Belo Horizonte. Esta falta de respeito com a vida humana tem que acabar! (moradores da Vila-Juiz de Fora, Minas Gerais).

Funcionárias do São Camilo ganham mal

No Hospital São Camilo recebemos um salário de fome. Uma auxiliar de enfermagem ganha 42 mil cruzeiros por mês e uma atendente 36 mil.

Pego às autoridades que tomem providências pois há um surto de hepatite atingindo os funcionários. Já ocorreu contaminação de 5 deles.

Tem uma enfermeira chefe nova, que há três meses

não trata os funcionários como seres humanos e sim como verdadeiros escravos. Não falo das antigas enfermeiras, que são maravilhosas. Trabalhamos 6 horas por dia e no fim de semana fazemos plantão de 12 horas. Para cada enfermagem com 30 pacientes tem apenas uma auxiliar e duas atendentes. Todas ficando doentes de excesso de trabalho. (amiga da TO-São Paulo, SP).

Goodyear demite um operário doente

Um funcionário da Goodyear vem através deste combativo jornal denunciar o que acontece nesta empresa onde foi sugada até a última gota de seu sangue durante 9 anos de exploração.

Vejam o que essa empresa americana faz com os trabalhadores brasileiros: mesmo doente, fui posto no olho da rua, sem os mínimos direitos conquistados com muita luta dos trabalhadores. Temos de nos unir para dar o basta nesta situação. Porque o governo do general Figueiredo é um governo antioperário, que só atende os interesses das

multinacionais e dos banqueiros norte-americanos. Por isso, cada dia que passa joga milhares de trabalhadores brasileiros no olho da rua, para passar fome e sérias humilhações nas portas das fábricas.

E esse tipo de governo que temos em nosso país. Por isso recomendo aos companheiros da Goodyear e a todos os trabalhadores que precisamos nos organizar dentro das fábricas para que isso não aconteça com todos os trabalhadores brasileiros. (ex-funcionário da Goodyear-São Paulo, SP).

Já que vamos morrer vamos também lutar

Caros companheiros de luta: venho por meio desta fazer um apelo àqueles que ainda não morreram de fome.

Todos nós já sabemos que o governo militarista, juntamente com o FMI, está massacrando o povo brasileiro, que sem conscientização desconhece seus direitos. Mas que direitos? O direito de lutar. Já que va-

mos morrer, de uma forma ou de outra, por que não morrer lutando?

Por isso eu lhes peço, companheiros: vamos dar a mão e lutar enquanto estamos vivos. Porque do contrário o FMI vai conseguir "comprar" os militares e nós perderemos o direito de luta. (J.F.J. — um tribuneiro lutador-Goiania, Goiás).

Vigias: 24 hs de graça

Aqui na Faculdade de Medicina os vigias no horário de dia no mês de 31 dias fazem 24 horas de graça. O contrato assinado é de 240

horas, mas existe só no nome, porque o chefe carrasco de nome Valdecir é quem dá os ordens. (R.S.-Londrina, Paraná).

LICÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Organização em cada empresa

Devido às pressões das classes dominantes, os operários podem estar filiados em diferentes partidos políticos impostos pela burguesia e podem ter esta ou aquela religião. Mas quando cruzam o portão da fábrica e colocam-se diante da máquina todas as diferenças tornam-se secundárias e cada um é, igualzinho a todos os outros, um escravo do capital.

BASE DA UNIDADE

A fábrica é portanto a base principal da unidade da classe operária. Aí se encontra o centro da atividade do Partido de vanguarda do proletariado — através das células de base — e aí deve estar o elemento essencial da unidade sindical, através das comissões de empresa. Não é por acaso que o governo e os patrões estão sempre atentos para sabotar a criação e o funcionamento das comissões de empresa, assim como para destruir as células comunistas.

Nos sindicatos o governo e os patrões conseguem intervir e devido às restrições da legislação sindical, podem impor em suas diretorias elementos pelegos, reformistas e divisionistas, ou ainda comprar certos diretores mais vacilantes. Mas é muito difícil fazer estas coisas numa organização de massas na empresa, se ela tiver efetiva penetração entre os trabalhadores. Aí a atividade dos membros da comissão é acompanhada diretamente pelo conjunto dos operários e o choque com os patrões é frontal. Fica muito mais fácil identificar e desmascarar os elementos vendidos aos patrões e ao governo, e impedir que tomem conta da comissão.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

As comissões de fábrica são organizações de base das massas, que agrupam os trabalhadores independente de sua preferência na política partidária burguesa ou de suas concepções religiosas. Em cada empresa a comissão trata dos interesses unitários dos operários — tanto os problemas gerais da classe ou da categoria como as questões específicas da fábrica. São portanto instrumentos de luta que não fazem política partidária burguesa mas sim política proletária de classe. Embora não seja parte integrante da estrutura sindical, a comissão é o seu sustentáculo em cada empresa. E uma de suas atividades essenciais é promover a sindicalização e trabalhar para fazer dos sindicatos uma trincheira da luta de classes.

A exigência do reconhecimento das comissões pelos patrões e pelo governo é permanente. Mas são ainda raros os locais onde isto é alcançado. Na maioria das vezes ainda são obrigadas a agir de forma semi-legal. Seus dirigentes são reconhecidos pelos operários mas ainda precisam usar de artifícios para não serem localizados e perseguidos pelos patrões. Em alguns locais os cipeiros e os delegados sindicais, por terem certa estabilidade, tomam à frente de sua organização e de acordo com as condições incorporam outros ativistas com prestígio entre as massas. Muitas vezes estas organizações surgem durante as greves, como uma exigência concreta da luta. E nas grandes empresas ramificam-se por toda a fábrica com sub-comissões estruturadas por seção.

SINDICATO CLASSISTA

O sindicato é a principal organização de massas da classe operária. Mas em nosso país, devido às imensas restrições colocadas pelo governo, ainda são entidades débeis, burocráticas, que não aglutinam de fato as diversas categorias para a luta. Um amplo movimento de renovação sindical para construir um verdadeiro sindicalismo de massas e classista, é vital para enfrentar a crise, o desemprego e o arrocho salarial. A organização das comissões de empresa é uma peça chave neste trabalho.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luis Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável:

Pedro de Oliveira

Conselho de Direção:

Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olivia Rangel.

Sucursais:

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental. Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar CEP 64000. **CEARÁ** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206. CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4, CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 102. Alencor CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108, CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua do Sossogo, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **GARÁ** — NHUNS: Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3, CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro, CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. **BAHIA** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605. CEP 30000. **Contagem:** Rua do Contorno Rodoviário, 345/355 - CEP 32000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411, CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 1309, Centro, CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095. CEP 78000. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Rua General Osório, 127, sala 908, CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **Niterói:** Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO** — S. Bernardo do Campo: Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Santa Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Prof. Luis Rosa, 94, CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **PARANÁ** — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.3115 São Paulo-SP.

Chiquinho luta pelo título mundial de boxe

O boxe inesperadamente virou notícia, com a anunciada disputa do título de médio ligeiros entre o atual campeão, o norte-americano Thomas Hearn e o maior nome do pugilismo brasileiro atual, Chiquinho de Jesus. A luta está marcada para o próximo dia 10 de julho, em Atlantic City, nos Estados Unidos.

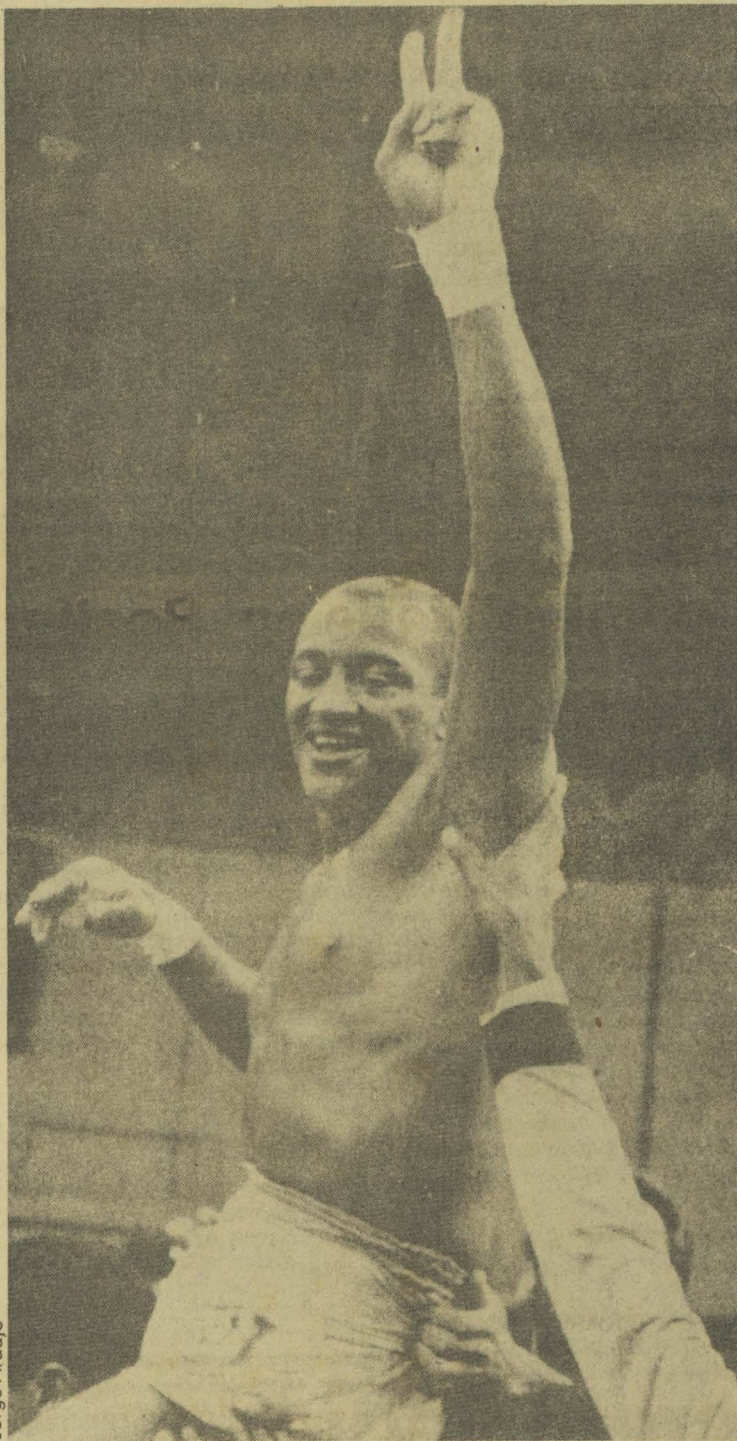
Com uma cota sedutora de 60 mil dólares, o nosso campeão parece ter esquecido o pequeno prazo para colocar-se em forma — 17 dias — e confia na sua experiência. Com 27 anos completos, Chiquinho de Jesus está atualmente no 6º lugar do ranking mundial. Pugilista extremamente técnico, Chiquinho de Jesus realizou 112 lutas como amador, nas quais conheceu apenas quatro derrotas, todas elas por pontos. Já participou de dois pan-americanos e duas olimpíadas e é, atualmente, campeão sul-americano. Seu adversário, Thomas Hearn, tem o respeitável cartel de apenas uma derrota nas 38 lutas que disputou como profissional, e tem como característica básica a sua grande pegada.

Chiquinho de Jesus teve em João Henrique o seu grande ídolo e confia na sua vitória, pois “não tenho medo de lutador nenhum”. Ele espera trazer o título mundial pela terceira vez ao Brasil (os dois anteriores foram conquistados por Eder Jofre).

O nosso campeão estuda Direito em Mogi das Cruzes, em São Paulo. Espera no futuro ajudar o seu povo, porque no Brasil o “negro só é lembrado como escravo ou marginal”, sem ter “acesso para saber alguma coisa do seu povo”. Sua esposa acha esse pensamento romântico, mas acaba se transformando em sua maior incentivadora.

Vamos lá, Chiquinho de Jesus, mandar o ianque prá fora do tablado...

(Cláudio Faria Romero)

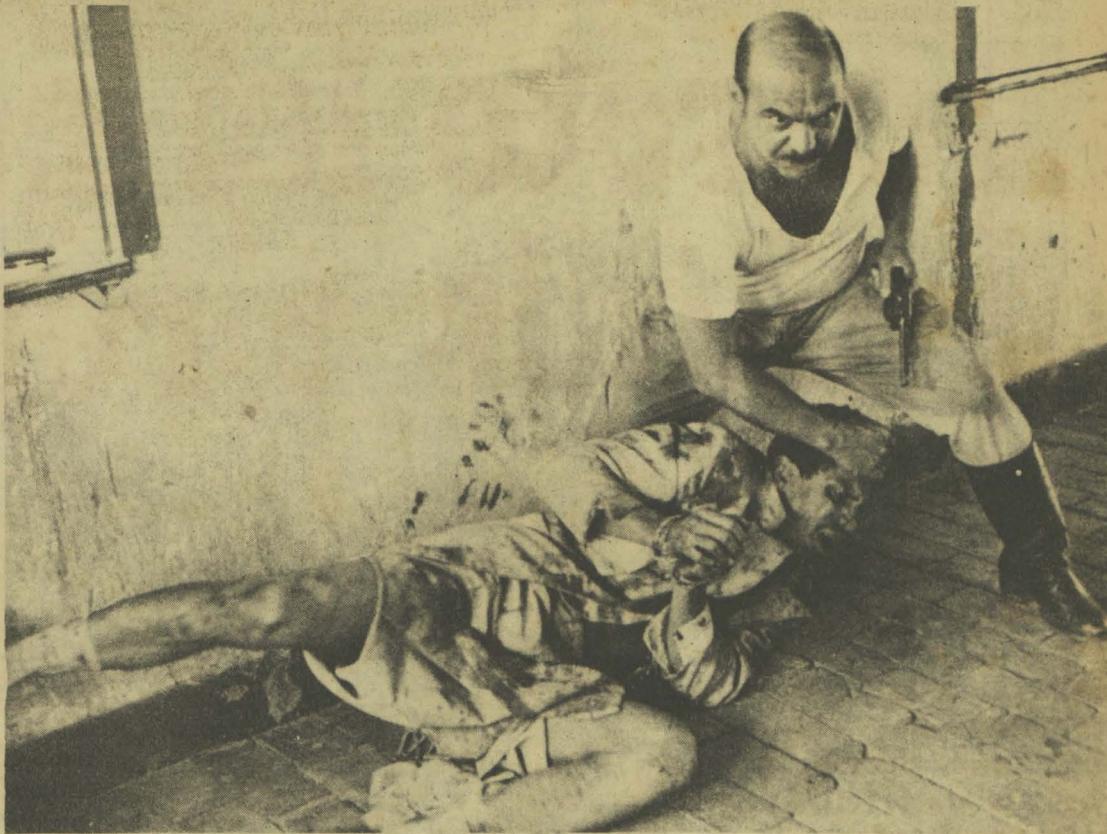


Chiquinho de Jesus enfrentará Thomas Hearn

Publicações da Editora Anita Garibaldi

Imperialismo e Revolução (Enver Hoxha)	Cr\$ 800,00
Farabundo Martí herói do povo de El Salvador	Cr\$ 200,00
Educação revolucionária do comunista (Diógenes Arruda)	Cr\$ 500,00
Pela Liberdade e pela democracia popular (João Amazonas)	Cr\$ 500,00
Socialismo, Ideal da classe operária e anseio de todos os povos	Cr\$ 500,00
Revisionismo chinês de Mao Tse tung (João Amazonas)	Cr\$ 800,00
Discurso aos Eleitores (Enver Hoxha) ...	Cr\$ 300,00
Princípios nº 1, 2, 3, 4 e 5	Cr\$ 400,00
Relatório ao 8º congresso do PTA Enver Hoxha	Cr\$ 800,00
Guerrilha do Araguaia	esgotada
Os comunistas e as eleições (Lênin)	Cr\$ 400,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal, no valor das compras), Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050. Bela Vista, São Paulo, Capital.



Lima Duarte e Orlando Vieira em "Sargento Getúlio"

Sargento Getúlio, as peripécias de um filme

Após cinco anos engavetado, foi lançado no último festival de Gramado (onde conquistou os prêmios de melhor filme, melhor ator: para Lima Duarte, melhor ator co-adjuvante — Orlando Vieira — e melhor som) “Sargento Getúlio”, de Hermano Pena. Nesta entrevista Hermano e Flávio Porto (co-responsável pelo roteiro e ator do filme) falam sobre o seu trabalho.

Tribuna Operária. “Sargento Getúlio”, a história de um sargento que vai a Paulo Afonso prender um adversário político do PSP, para levá-lo a Aracaju, é um filme que se sobressai pelo realismo e pela atualidade do tema. O que ele representa para vocês, que o realizaram?

Hermano Pena. O filme é esteticamente uma retomada e recolocação de algumas experiências do cinema brasileiro, como o cinema novo, por exemplo. É um contexto político e social que estava um pouco ausente de nosso cinema — o problema de um cara fora do esquema da vida urbana. E houve também a preocupação com um personagem, o sargento, que é um torturador. E foi um desafio fazer um torturador que é vítima também. Não é fácil, num filme, o espectador não se identificar com o torturado, no caso o preso político que o sargento vai carregando. O que se passa por trás da história formal do Getúlio é toda uma estrutura de poder, de opressão política. Algo que está ligado ao coronelismo do sertão, mas não fica só aí. E além dessa dimensão política, o filme também abre o universo mental do homem do sertão, principalmente do homem do povo desterrado de sua origem. É uma viagem do sertão ao mar. Uma viagem em que o personagem acaba com um grande aboio. É um homem do povo, utilizado como braço armado do sistema político de repressão, que acaba se descobrindo já no final do filme, um final aberto, onde as pessoas ficam sem saber direito se o sargento morre ou não. Coisa que nem eu sei e nem o

João Ubaldo, autor do livro em que nos baseamos, sabe. Inclusive o livro não tem ponto final, e nem a palavra fim.

Flávio Porto. Nós pensamos inclusive em não colocar a palavra “fim” no filme. Mas todo filme é obrigado, por lei, a terminar com a palavra “fim” aparecendo. E a gente pensou em ser muito fiél ao livro, que é narrado na primeira pessoa, o que traz muitas dificuldades para o cinema.

Hermano. No filme houve uma espécie de humildade nossa, de não querer melhorar o livro, não querer colocar coisas nossas. O livro é um monólogo, um jorrar de consciência do sargento. A relação do cinema com a literatura sempre passou pelo método da adaptação — um filme é sempre baseado em uma obra — enquanto que nós fizemos um documentário do livro, uma filmagem do livro.

T.O. Que prejuízos trouxe o fato do filme só ser lançado cinco anos após estar pronto?

Hermano. O filme propriamente dito eu acho que não sofreu nesses cinco anos, pela própria raiz dele, que é o livro e um personagem. Trata-se de um personagem que eu comparo, tanto em grandeza quanto em universalidade, ao Dom Quixote, de Cervantes. É aquele político que é da alma humana mesmo. São as paixões jogadas numa determinada situação. A partir daí o filme não tem época. Agora, quanto à nossa vida profissional... Acho que além do prejuízo de você pegar um trabalho desses e passar cinco anos com

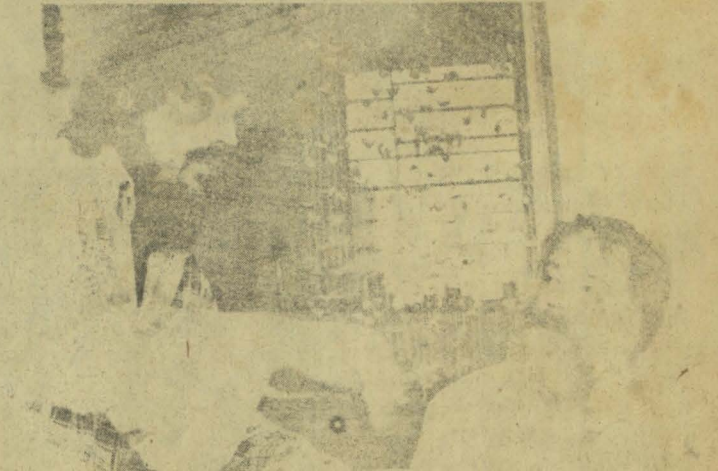
ele engavetado... Ele poderia já ter acontecido, ter nos facilitado outros projetos. Eu particularmente me dediquei a tirá-lo do limbo, nesses anos todos. Além da perda de tempo, você também não tem ímpeto pra fazer outros projetos, quando um está inacabado. Um filme só acaba quando o público o assiste. Também foi prejudicado o público, que poderia tê-lo discutido, digerido, ultrapassado. E tem um terceiro ângulo que é a nossa relação com o filme. Eu retomo, depois de cinco anos, o que escrevi sobre o “Sargento Getúlio” e em cada fase a sinopse era uma coisa diferente. São ângulos novos que aparecem. Quando o filme aconteceu em Gramado, eu tive que relembrar tensões que aconteceram...

Flávio. E uma coisa que o Hermano colocou em Gramado é o fato de o povo brasileiro não ter condições de acesso à literatura. Provavelmente se esse filme viesse à tona há cinco anos, seria uma oportunidade muito grande de o espectador ter acesso a essa grande obra literária.

T.O. Vocês têm notícias de outros filmes engavetados na Embrafilme?

Hermano. Ah!, são muitos, inúmeros. O filme, mesmo quando foi lançado, não significa que foi trabalhado. Um filme pode ser “afundado” no mercado. São inúmeros filmes nesse caso. Fora a censura, que também veta muitos. É o caso de “Janete”, de Chico Botelho, por exemplo. Já o “Sargento”, do ponto de vista da censura, a violência foi a sua impropriedade para 18 anos. Não há o que justifique isso.

(Carlos Pompe)



Hermano Pena e Flávio Porto: um filme realista.

Histórias Proibidas do Pequeno Polegar, El Salvador, em exibição no C.C.O.

“Histórias Proibidas do Pequeno Polegar, El Salvador”, de Paul Leduc, produzido pela Fapu (ligada à FMLN-FDR), será exibido no Cineclube do Centro de Cultura Operária de 4 a 8 de julho, às 20 horas. O filme narra a história de El Salvador desde seu descobrimento até os momentos cruciais em que vive o país hoje. Paul Leduc, que o di-

rige, é conhecido no Brasil pelo filme “México Insurgente”, baseado no livro “México Rebelde”, de John Reed.

O Cineclube do CCO foi inaugurado no dia 18 de junho, com a exibição do filme “Póte” seguida de debate com a advogada Lia Funkeiro sobre a questão do menor. Nos dias 9 e 10 de julho estará em exibição

“Actas de Marúsia”, de Miguel Letin, às 19h30m. O Cineclube funciona na sede do CCO, Rua Maria José, 326, Bela Vista, e cobra uma taxa de manutenção de apenas Cr\$ 400,00 (para sócios, Cr\$ 200,00). No CCO, estudantil e pagam meia. “Histórias Proibidas do Pequeno Polegar-El Salvador” está sendo lançado no Brasil pela Dinafilme, telefone (011) 221.3641, S. Paulo.

Decreto lei contra as estatais é repudiado

A julgar pela assembléia dos bancários paulistas do Banco do Brasil na quarta-feira, o decreto-lei 2.036 assinado pelo general Figueiredo poderá levar à greve os funcionários das empresas estatais. O decreto rebaixa os salários, retira direitos conquistados pela categoria e possibilita um aumento da rotatividade no emprego (ver box).

Apesar do decreto ter sido anunciado um dia antes, a assembléia dos bancários paulistas reuniu cerca de três mil empregados do Banco do Brasil. Houve unanimidade no repúdio ao novo "embrulho" e na indicação da greve como forma de brejar a sua aplicação. No "embrulho", além do decreto-lei 2.036 que penaliza os empregados das estatais, há também o 2.037, que enfraquece estas empresas deixando-as mais vulneráveis frente à ofensiva do capital estrangeiro.

Como bem lembrou à **Tribuna Operária** uma funcionária do BB-Centro, "agora veio a paulada, antes eram balões de ensaio". Ela explica: "Primeiro eles divulgaram que seriam feitas 8 mil demissões no Banco. Depois falaram no corte das gratificações e na eliminação dos nossos direitos, representando uma perda de 25% nos salários. Isso é que empurrou o pessoal para a assembléia que decidiu pelo estado de greve. A vontade era parar naquele dia mesmo. Como eles sentiram a pressão, agora vêm com este embrulho".

"Pensam que somos crianças e depois vão nos demitir"

"Eles pensam que nós somos crianças", desabafa uma outra funcionária, que argumenta: "Querem nos desmobilizar, nos dividir. Tentam passar a ilusão de que os velhos de casa não vão perder nada. Só os novos é que vão sofrer. Mas aos poucos eles vão demitindo os efetivos e contratando outros com salários mais baixos". Essa consciência levou os bancários paulistas a aplaudirem com entusiasmo a greve. Esta só não teve sua data marcada na expectativa de unificar o movimento a nível nacional, principalmente com o Rio de Janeiro e Brasília. A decisão poderá ser tomada em breve.

Desde o início do anúncio do



Assembléia dos bancários paulistas repudia o "embrulho das estatais" e indica greve

"pacote das estatais", a ofensiva do governo detonou um processo de grande mobilização no país. — Assembléias representativas e atos massivos foram feitos em vários Estados. Sindicatos que estavam imobilizados foram empurrados para a luta. Foi decretado o "estado de greve" e o "estado de alerta".

A manifestação que calou mais fundo no governo foi a do Rio de Janeiro, na tarde do dia 23, Dia Nacional de Luta. Mais de 40 mil pessoas saíram em passeata que tomou o centro da cidade reclamando contra o arrocho nos salários. A manifestação tomou também um caráter político em defesa da soberania nacional. "Hoje é o Banco, amanhã é o Brasil", dizia um cartaz dos bancários do Rio. Uma faixa verde e amarela "Em Defesa das Estatais" abria a passeata. "FMI, fora daqui", foi o grito de guerra contra a ingerência imperialista no país. Os discursos políticos, contra a entrega do país ao capital estrangeiro, pelo fim do regime militar testa-de-ferro do imperialismo e em defesa da greve geral, foram os mais aplaudidos, apesar da coordenação do ato ter tentado restringi-los. A coordenação chegou mesmo à exigência absurda da retirada de uma faixa da **Tribuna Operária** ("Fora FMI") alegando que a manifestação era apolítica e apatidária. A manifestação conseguiu unificar 52 entidades sindicais.

No mesmo dia, 3 mil funcionários das estatais realizavam uma passeata pelas ruas centrais

de Porto Alegre. Ao passar em frente ao Diretório Regional do Partido governista, os manifestantes gritaram: "O povo não esconde, abaixo o PDS". As faixas denunciavam: "FMI não se meta nas estatais", "FMI tire as mãos do BB". "Esta manifestação é contra o pacote que quer aumentar a exploração e desmantelar as estatais", afirmou Milton Mottini, presidente do Sindicato dos Bancários.

"A possibilidade de greve está sempre presente entre nós"

No Maranhão foi feita a primeira manifestação de rua dos bancários, no dia 24, reunindo



Uma das incontáveis reuniões dos empregados do BB em Alagoas

O decreto ilegal

Saiu o decreto 2.036, que limita os rendimentos dos trabalhadores nas empresas estatais. Numa linguagem obscura o decreto ataca fundo os direitos e conquistas dos trabalhadores. As participações nos lucros (PL), ou "girafa", é agora expressamente proibida, o que equivale a uma perda que pode chegar a 10% da renda anual do funcionário.

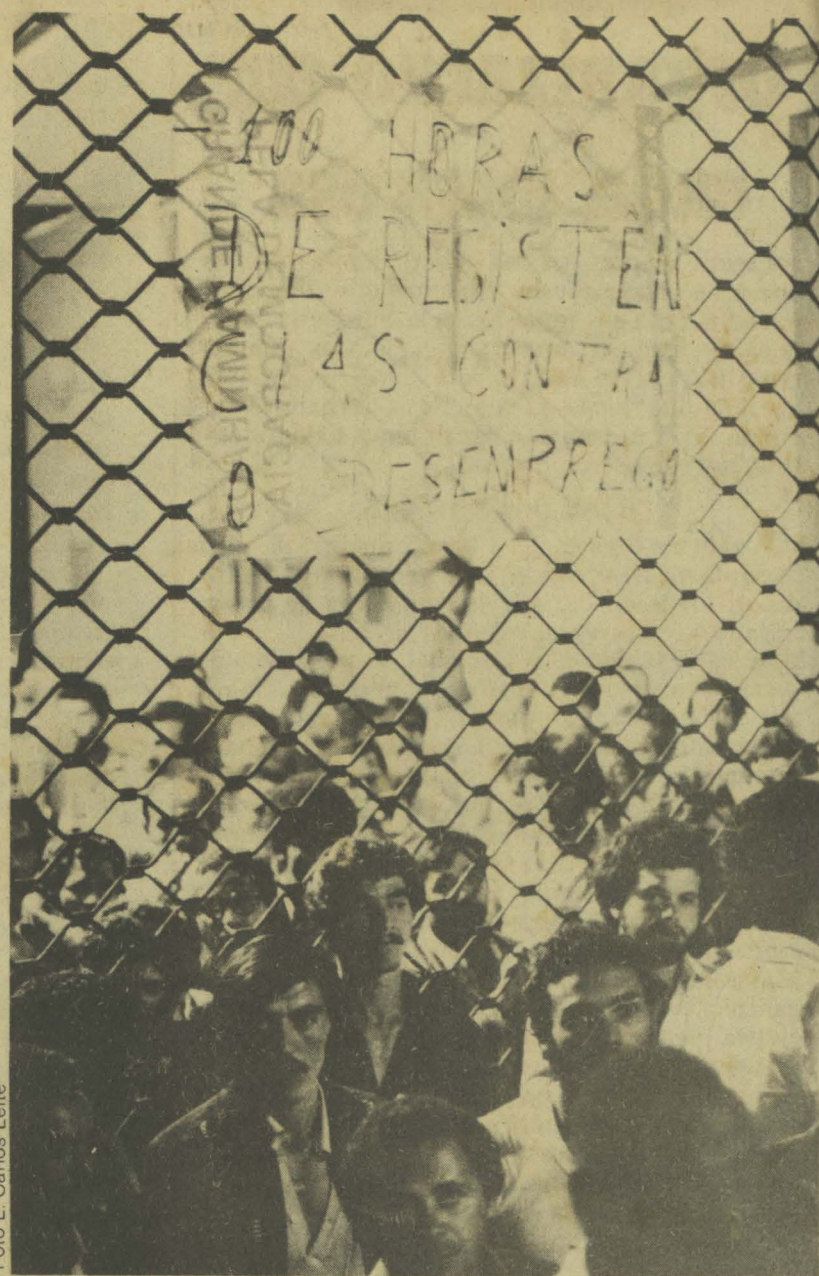
Outra dura medida diz respeito às promoções. A maioria delas não poderá ser efetivada até 31 de dezembro de 1984, o que representa um virtual congelamento da mobilidade de ocupações nas empresas estatais. Mas um dos piores aspectos do decreto do general Figueiredo está na intervenção do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS, ligado à Secretaria do Planejamento, de Delfim Netto), que passa a ser centralizador de toda a política salarial das estatais. Já um setor que escapou dos cortes foi o dos presidentes e funcionários graduados que tem participação nos conselhos de administração — ou seja, as mordomias dos "donos" das estatais continuam.

Analisando o decreto-lei 2.036 o Sindicato dos Bancários de São Paulo o classificou como "inconstitucional e ilegal, porque: o Presidente da República é incompetente para legislar sobre a matéria; fere direitos adquiridos; constitui um retrocesso social; desrespeita a legislação do trabalho e as normas coletivas; limita a liberdade de contratação, tanto individual, como coletiva (interferência do CNPS)".

ROTATIVIDADE

Em Assembléia com os funcionários do Banco do Brasil, no Sindicato dos Bancários paulista, foi alertado que o decreto "passa a idéia de que só perde as gratificações funcionários admitidos de agora em diante. Mas isto é falso, pois certamente aumentará a rotatividade da mão-de-obra nas estatais, afastando empregados antigos e contratando novos com abatimento salarial".

Os funcionários constataram que "o decreto tem o objetivo de confundir os trabalhadores, visando assim desmobilizar-nos de nossas lutas".



Porta da fábrica: resistência dos operários à propotência dos patrões

A fábrica ocupada pelos trabalhadores

Após 113 horas de ocupação da fábrica Aços Paulista, em São Paulo, os 250 operários demitidos obrigaram o patrão a atender suas principais reivindicações. É a primeira vez nos últimos 14 anos que uma fábrica é ocupada pelos trabalhadores. A luta contou com uma ampla solidariedade dos operários de outras fábricas.

Eram 19 horas do dia 24 e a avenida Presidente Wilson, no bairro da Moóca já estava deserta, menos em frente dos portões da Aços Paulista. Ali os altos-falantes de uma kombi do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo anunciavam que os diretores da empresa haviam concedido quatro salários de indenização aos demitidos, a readmissão dos que estavam para se aposentar e garantia de assistência médica por um ano. Os operários que haviam ocupado a fábrica cinco dias antes aceitaram e comemoraram esta vitória juntamente com outros trabalhadores que foram lá prestar sua solidariedade.

Ao se abrir os portões da fábrica houve uma emotiva fraternização. Carlos Marques Dourado, pintor de manutenção, saiu chorando e dali foi direto para o hospital visitar seu filho de dois anos que estava internado. Contou que "no começo quase ninguém acreditava na vitória. Mas hoje estamos aqui para provar que o trabalhador unido é capaz de vencer". O apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a solidariedade de outros trabalhadores foram fundamentais para esta vitória.

LUTA DIFÍCIL

Os trabalhadores ocuparam a Aços Paulista — fábrica ligada à multinacional americana Allis Chalmers — no dia 20, quando receberam a notícia da demissão de 250 operários porque a empresa ia ser desativada e transferida para Sorocaba, no interior de São Paulo. José do Rosário Arlely, o "Negão", uma das lideranças entre os ocupantes da Aços Paulista, conta que "a demissão pegou a gente de surpresa". Imediatamente os demitidos telefonaram para o Sindicato, mas a firma cortou a linha telefônica. "Até nós fomos pro Sindicato", lembra José do Rosário, que trabalhava como rebabador há oito anos na empresa.



Negão "Lutar pelos nossos interesses"

Os patrões se mostraram intransigentes e disseram que iriam dar apenas um salário de indenização. Então os operários decidiram ocupar a fábrica. A luta não foi fácil. A empresa fechou o restaurante, mas o Sindicato ofereceu comida, agasalho e colchões. As mulheres também tiveram um papel destacado, indo todos os dias até o portão da fábrica levar o apoio a seus maridos.

José do Rosário, pai de seis filhos, explica que alguns operários desanimavam, "mas eu dançava, imitava artistas e dizia a eles que tínhamos que lutar pelos nossos interesses, para animar o pessoal". Mas o que mais deu força aos ocupantes foi o apoio recebido de outros trabalhadores.

SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Lúcio Antonio Belentani, coordenador da comissão de fábrica da Ford, disse à **TO** que na empresa onde trabalha "a situação dos companheiros da Aços Paulista foi o assunto da semana". Cerca de 150 operários deixaram de jantar e fizeram uma passeata até a fábrica que estava ocupada. Cândido Hilário, o "Bigode", da diretoria do Sindicato, que permaneceu junto com os operários na fábrica, falou o que significou esse apoio: "Em toda a luta em momentos em que o ânimo cai e a chegada dos companheiros da Ford foi uma injeção de força entre os operários".



Populares e funcionários participaram da passeata no Rio